

CATEGORIA: Economia Paranaense

PSEUDÔNIMO: Akira

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE
ECONÔMICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS
PALMEIRAS – PR (1986 – 2009)**

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade econômica do município de São José das Palmeiras para o período de 1986 a 2009. Como referencial teórico, utilizou-se as teorias do desenvolvimento regional, desenvolvimento local, polarização e especialização. Como metodologia utilizou-se o modelo de análise regional através do Quociente Locacional (QL) e para medidas de especialização o coeficiente de reestruturação. Os resultados do QL foram comparados com os dos municípios de Diamante do Oeste, Mercedes e Itaipulândia, pelo fato destes apresentarem população semelhante à de São José das Palmeiras. Comparando o Índice de Desenvolvimento Humano do município com ênfase na renda, educação e longevidade, antes da emancipação levando em consideração o IDH do município de origem que é Santa Helena, e depois da emancipação, verificou-se que a emancipação não ajudou os habitantes a melhorarem sua qualidade de vida em relação ao que eles possuíam quando ainda residiam em Santa Helena. Os resultados socioeconômicos mostraram que não existe nenhuma cadeia produtiva formada, sendo que os setores urbanos responsáveis pela absorção de emprego são a administração pública e o comércio varejista. Essa falta de diversificação está se refletindo em uma queda populacional, pelo fato da população não ter opções de empregos. Assim, percebe-se que não existe uma sustentabilidade de sua economia visto que sua população está diminuindo e que seu IDH cresce em proporções menores a de outros municípios da região.

Palavra-Chave: Desenvolvimento Regional, Sustentabilidade Econômica, Especialização; São José das Palmeiras.

LISTA DE FIGURA

FIGURA1 – MATRIZ DE INFORMAÇÕES.....	27
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS- PR.....	31
FIGURA 3 - VISTA AÉREA DO MUNICIPIO.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ATIVIDADES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (VBPA) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1996/2007.....	37
GRÁFICO 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E SETORIAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1996/2007.....	42
GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2007.....	43
GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE DISTRIBUÍDA POR GRUPOS DE IDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2000.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-IDH-1991/2007	9
TABELA 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL (R\$) – 1996/2007	10
TABELA 3 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1995/2006.....	36
TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 2006	36
TABELA 5 – EFETIVO DOS PRINCIPAIS REBANHOS, E DA PRODUÇÃO DE LEITE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1986/2008.....	38
TABELA 6 - PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA AGRICULTURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1992/2008.....	39
TABELA 7 - NÚMERO DE EMPREGADOS FORMAIS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1993/2009.....	40
TABELA 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FORMAIS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1993/2009.....	41
TABELA 9 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) E SEUS COMPONENTES, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – 1970/1991.....	45
TABELA 10 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) E SEUS COMPONENTES, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – 1991/2000.....	46
TABELA 11 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) E SEUS COMPONENTES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2000.....	46
TABELA 12 – QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS 1986/1996/2009.....	49
TABELA 13 - QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO OESTE 1996/2009.....	51
TABELA 14 - QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE MERCEDES 1996/2009.....	53

TABELA 15 - QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA 1996/2009.....55

TABELA 16 – COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO.....56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	8
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	12
3.1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL	17
3.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ESPECIALIZAÇÃO	19
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4.1 MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL.....	25
4.1.1 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL	26
4.1.1.1 Matriz de Informação	26
5 HISTÓRIA E COLONIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	30
4.1 BREVE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO	32
6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS ...	35
7 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

Uma questão que sempre está em pauta em qualquer governo são as estratégias de desenvolvimento econômico. É bastante comum achar que esta tarefa cabe primordialmente ao governo federal e estadual. Com certeza as diretrizes gerais cabem a eles, mas a parte dos municípios é fundamental. Não basta o governo instituir uma nova ordem tributária ou reduzir juros se não houver uma efetiva participação local na busca do desenvolvimento regional. Existem múltiplas razões que levam determinado território, como um município, a ter mais ou menos sucesso, na busca de crescimento econômico e desenvolvimento local.

O desenvolvimento local advém de uma transformação real de um território, em que vários fatores exógenos e endógenos são potencializados, com vistas a uma atuação efetiva. A concepção exógena de desenvolvimento territorial trata a política fiscal na determinação do crescimento no nível macroeconômico. A concepção endógena refere-se ao território e os fatores sociais, culturais, ambientais e históricos por desempenharem um importante papel no desenvolvimento, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região (SOUZA, 2007).

A análise dos processos de desenvolvimento quase sempre é focada em situações que transparecem de uma forma mais evidente, um cenário de abordagem municipal. Assim sendo, o estudo e análise do crescimento e desenvolvimento sustentável de um pequeno município é tarefa que deve ser desenvolvida, dado a sua modernidade, e diante da grande discussão sobre desenvolvimento sustentável de pequenos municípios, o estudo de caso de um deles, por si só se justifica.

Além disso, segundo Perroux (1967), o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento de um local, e não acontece ao mesmo tempo e de maneira igual em todos os locais, regiões ou municípios. O crescimento surge em alguns pontos do território de um país ou de uma região, chamado pólos de crescimento, os quais se propagam segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis na economia.

Assim, pode-se perceber que cada lugar tem a sua forma de se desenvolver, tem suas particularidades e as aptidões locais contribuem para isso. São José das Palmeiras tem seu desenvolvimento local, com um grau de desenvolvimento

diferente de outros locais, ou seja, não é o mesmo de Santa Helena, Toledo ou outro município qualquer próximo a ele. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do município de São José das Palmeiras, e os setores responsáveis por esse desenvolvimento.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Primeiramente cabe salientar que o município de São José das Palmeiras situa-se na mesorregião Oeste do Estado do Paraná, com uma área de 183 km², distante 150 km da cidade de Cascavel, cidade pólo da mesorregião, e a 580,55 km da capital, Curitiba (IPARDES 2009). Limita-se ao Norte com os municípios de Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste, ao Sul com Diamante do Oeste, ao Leste com São Pedro do Iguaçu, ao Oeste com o município de Santa Helena e a Nordeste limita-se com Ouro Verde do Oeste (SCHNORR, 2009). São José das Palmeiras foi emancipado politicamente em 17 de abril de 1985, pelo Decreto Lei nº 8.075, desmembrando-se do município de Santa Helena (CARVALHO, 1990). Atualmente é um município essencialmente agrícola, com população em sua maioria por agricultores migrantes da região nordeste e leste do país.

A Tabela 1 mostra a população total e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município de São José das Palmeiras e de outros municípios do Oeste paranaense.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-IDH - 1991/2007

Municípios Seleccionados	População Total Residente				IDH
	1991	1996	2000	2007	
Quatro Pontes	-	3.599	3.646	3.669	0,851
Entre Rios do Oeste	-	3.068	3.328	3.842	0,847
Maripá	-	6.188	5.889	5.571	0,845
Marechal Cândido Rondon	49.430	37.608	41.007	44.562	0,829
Toledo	94.879	90.417	98.200	109.857	0,827
Pato Bragado	-	3.611	4.049	4.631	0,821
Mercedes	-	4.478	4.608	4.713	0,816
Nova Santa Rosa	7.042	7.069	7.125	7.852	0,806
Santa Helena	18.861	19.486	20.491	22.794	0,799
Missal	10.372	9.998	10.433	10.412	0,790
Ouro Verde do Oeste	6.330	5.950	5.472	5.465	0,764
Itaipulândia	-	4.673	6.836	8.581	0,760
Vera Cruz do Oeste	11.370	10.313	9.651	9.099	0,737
São Pedro do Iguaçu	-	7.322	7.277	6.540	0,732
São José das Palmeiras	5.596	4.452	4.102	3.873	0,724
Diamante do Oeste	9.253	4.840	4.878	4.944	0,709
Ramilândia	-	3.032	3.868	4.147	0,697

Fonte: IBGE, 2010.

Ao se comparar os anos de 1991 e 2007, observa-se um acentuado êxodo populacional, não somente no município de São José das Palmeiras, mas também em outros municípios de pequeno porte do Oeste paranaense. Em São José das Palmeiras a diminuição da população ficou na ordem de 30,78% entre o ano de 1991 até 2007. Utilizando o ano de 1996 como base de comparação os municípios de Diamante do Oeste, Itaipulândia e Mercedes possuíam uma população muito próxima a de São José das Palmeiras, mas apresentaram variação populacional de 2,15%, 83,65% e 5,27%, respectivamente. Ou seja, nestes municípios que possuíam uma população semelhante à população total aumentou se comparando com o município de São José das Palmeiras.

São José das Palmeiras apresenta um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) se comparado com os demais municípios apresentados na Tabela 1. Foi o terceiro menor IDH entre os municípios seleccionados, atrás somente de Diamante do Oeste e Ramilândia. Observa-se a necessidade de se efetuar um planejamento político para o desenvolvimento local para se reverter esses indicadores.

O mesmo acontece com o Produto Interno Bruto (PIB) Total, apresentado na Tabela 2.

TABELA 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO – (PIB) TOTAL – (R\$) – 1996/2007

Municípios	1996	2007	Variação %
Itaipulândia	18.789,23	53.667,25	185,63
Ramilândia	8.977,58	19.454,10	116,70
Diamante do Oeste	10.790,42	23.374,03	116,62
Marechal Cândido Rondon	207.649,04	428.719,69	106,46
Santa Helena	78.226,40	153.994,87	96,86
Entre Rios do Oeste	17.241,36	33.076,54	91,84
Pato Bragado	16.021,54	27.214,00	69,86
Vera Cruz do Oeste	31.041,65	50.858,98	63,84
Mercedes	24.825,38	39.430,53	58,83
Quatro Pontes	20.405,36	32.361,44	58,59
Maripá	44.578,72	69.905,13	56,81
Nova Santa Rosa	38.096,97	58.572,70	53,75
Toledo	711.960,92	1.061.424,37	49,08
Missal	48.179,71	65.586,64	36,13
São José das Palmeiras	12.486,13	16.304,58	30,58
São Pedro do Iguaçu	31.678,95	39.812,73	25,68
Ouro Verde do Oeste	27.768,62	34.174,15	23,07

Fonte: IPEA, 2010.

Ao analisar-se o município de São José das Palmeiras comparando o ano de 1996 com o de 2007, em relação aos municípios que apresentavam uma população residente semelhante, percebe-se que, o PIB Total de São José das Palmeiras cresceu apenas 30,58%, e dos municípios de Diamante do Oeste, Itaipulândia e Mercedes cresceram 116,62%, 185,63% e 58,83% respectivamente.

Devido ao baixo dinamismo econômico refletido pelo valor absoluto e relativo do PIB (Tabela 2) “pouca riqueza gerada internamente”, repasses do governo são, na maioria das vezes, a principal fonte de captação de valores, como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, além de apresentarem baixa capacidade de endividamento.

O estudo de caso de um município constitui-se numa análise importante, pois serve de referência para futuros estudos a respeito do assunto. São José das Palmeiras possui uma sustentabilidade do seu crescimento e desenvolvimento econômico? Por que o seu dinamismo econômico e populacional foi menor se comparado com outros municípios com população e PIBs semelhantes? Estas são questões norteadoras desta pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade econômica do município de São José das Palmeiras para o período de 1986 a 2009.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o processo colonizatório de São José das Palmeiras;
- Avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano no município com ênfase na renda, educação e longevidade, antes da emancipação levando em consideração o IDH do município de origem que é Santa Helena, e depois da emancipação;
- Analisar a participação dos setores econômicos no desenvolvimento do município.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para que se possa entender o processo de crescimento do município de São José das Palmeiras, torna-se necessário, em primeiro lugar, estabelecer-se e fundamentar um conceito para o termo “crescimento e desenvolvimento econômico”. O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos (SCATOLIN 1989, *apud* OLIVEIRA, 2002).

Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar. Já na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

Scatolin (1989, *apud* OLIVEIRA, 2002) afirma que no final da década de 1940, os economistas estruturalistas (ligados à CEPAL), passaram a encarar o desenvolvimento de maneira bem distinta de crescimento. Este autor ainda afirma que:

Enquanto este era entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura econômica e social (SCATOLIN, 1989, *apud* OLIVEIRA, 2002, p.40-41).

Scatolin (1989, *apud* OLIVEIRA, 2002), demonstra que:

Para muitos autores o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico. O problema básico da economia brasileira é a falta de crescimento. O grande desafio é que se obtenham taxas de crescimento do produto de forma mais rápida do que as taxas de incremento populacional (SCATOLIN, 1989, *apud* OLIVEIRA, 2002, p.41).

Nesses termos, o crescimento econômico precisa acontecer em ritmo capaz de atender às solicitações das distintas classes sociais, regiões e países. É desta maneira que o desenvolvimento passa a ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento auto-sustentado, ou seja, talvez alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998).

Milone (1998, *apud* OLIVEIRA, 2002), diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB (Produto Interno Bruto) e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Assim, segundo Leite (1983), a condição essencial do desenvolvimento consiste em que este abranja as necessidades básicas das pessoas: nutrição, educação, emprego, distribuição da renda, oportunidades aceitáveis de melhorar suas próprias condições de vida. Desenvolvimento não significa apenas a idéia de melhoramento econômico, mas também de mais dignidade humana, qualidade de vida, segurança, justiça, igualdade e bem estar social.

Já para Perroux (1967), o crescimento econômico surge de forma concentrada em algumas partes do território nacional, para depois se difundir a todo o conjunto da economia, ou seja, para que ocorra desenvolvimento é necessário que haja um pólo de desenvolvimento. O autor coloca que:

O pólo de desenvolvimento é uma unidade motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou completa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizem-se motrizes quando exercem efeitos de expansão – por intermédio de preços, fluxos, informações – sobre outras unidades que com ela estaria em relação (PERROUX 1967, p.192).

O autor sustenta também que os pólos de desenvolvimento surgem onde ocorre à concentração de atividades industriais ou primárias em função dos efeitos de complementaridade. Estes pólos não existem isolados, mas sim, estão ligados a uma região, ou outros pólos de desenvolvimento. Na região de São José das Palmeiras podemos citar Toledo e Cascavel, como pólos próximos e interligados.

Dessa maneira, na procura pelo crescimento sempre está presente o sentimento de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. É por isso que as nações perseguem o desenvolvimento (este como sinônimo de crescimento econômico) com o objetivo de acumular cada vez mais bens, sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa acumulação desenfreada (CASTORIADIS 1987, *apud* OLIVEIRA, 2002).

Neste contexto, sustentabilidade econômica no nível regional requer organizar as atividades econômicas, seus atores e as suas instituições (como mercados, conselhos, associações, etc.) de tal maneira que elas sejam adequadas às condições regionais (conhecimentos, recursos, infra-estrutura, etc.) e que elas tenham capacidade de assegurar por um longo tempo a qualidade de vida da população regional. Reforçar as forças próprias e maximizar a geração de valor regional não deve ser entendido como um apelo para autarquia regional; pelo contrário, uma intensa cooperação econômica é um forte instrumento para conseguir um bom desempenho econômico. Uma política que tem como alvo a sustentabilidade econômica não deve colocar no centro da sua atenção as condições que determinam a valorização do capital, mas sim a função social da economia, que é de produzir bens e serviços que possam garantir certo grau de qualidade de vida para toda a sociedade (MATHIS, 2001).

Deste modo, em que diversas teorias abordam a questão do desenvolvimento, a mais clássica e ortodoxa sustenta que o desenvolvimento só acontece de forma equilibrada. Para isso, é necessário que haja uma quantidade expressiva de empresários e administradores de diversos setores, que se instalam

num mesmo momento numa região e comecem a produzir os seus produtos, gerando um complexo parque industrial. Por outro lado, os defensores do desenvolvimento desequilibrado, alegam que essa hipótese do desenvolvimento equilibrado mencionado é utopia, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Outra corrente de análise do processo é a do desenvolvimento desequilibrado, que tem um de seus expoentes Hirschmann (1961). Este autor aponta que o desenvolvimento econômico equilibrado prega oferta ilimitada de capital. Em economia não existe uma quantidade ilimitada de capital para atender todas as necessidades e fazer com que ocorra um salto brusco de desenvolvimento. Existem sim, recursos ociosos ou que estão sendo mal aplicados. Numa economia subdesenvolvida é possível ampliar ou mobilizar recursos que estão ociosos, só que capital suficiente para atender todas as necessidades e fazer com que ocorra o desenvolvimento, certamente não há. Os defensores do desenvolvimento desequilibrado se opõem as idéias do desenvolvimento equilibrado, afirmam que a expansão de um único setor, realizado através de uma inovação e dos preços, pode também motivar a expansão do mercado em face do fenômeno da elasticidade de preços que comumente são elevados no tocante aos produtos manufaturados.

Pode-se, também, salientar que a expansão de um determinado setor, devido à interdependência que existe, motiva o surgimento de outros setores que passarão a utilizar os insumos procedentes do setor inicialmente implantado. Desta maneira, podem surgir ondas sucessivas de investimentos, ou seja, um investimento estimulará o outro (HIRSCHMANN, 1961).

Conforme Rippel (1995), a diferença entre o desenvolvimento equilibrado e o desequilibrado é que os incrementalistas afirmam que o problema dos países subdesenvolvidos não reside na escassez total de capital social fixo. Os mesmos possuem disponibilidades de infra-estrutura e capital social. A questão é que esta infra-estrutura precisa ser melhorada, complementada ou ampliada para que ocorra o desenvolvimento.

Conforme Hirschmann (1961), as condições exigidas pelo desenvolvimento equilibrado não existem em economias subdesenvolvidas. O remédio dessas economias é provocar desequilíbrios nos setores adiantados, ou seja, uma empresa estimulará outra e em decorrência disso irão aparecer outros e novos investimentos induzidos.

Quando as forças de mercado não são suficientemente fortes para estimular o processo de infra-estrutura, o governo é pressionado para adotar medidas necessárias à superação dessas dificuldades. Esse fenômeno ocorre pelo desejo de sobrevivência política, que constitui uma força motriz e reconhecidamente eficaz para a solução dos problemas dessa natureza (PADULA, 2007).

Segundo as teorias convencionais, nos países subdesenvolvidos não existem alguns requisitos para ocorrer o desenvolvimento, tais como infra-estrutura. Tal fato não condiz com a realidade, segundo Hirschmann (1961), por meio de seus estudos, percebeu que existe infra-estrutura, ressaltando que o desenvolvimento ocorre através de uma sucessão de etapas e superá-las se torna fundamental para a economia.

Segundo Hirschmann (1961), os desequilíbrios econômicos são essenciais numa economia, pois com os mesmos ocorre a dinâmica econômica através da interação entre emprego, renda e investimento. Um setor estimula e motiva outro, gerando tensões, competições, impulsos de crescimento e novos investimentos complementares. Ainda é válido ressaltar que, com o aumento da renda, vai ocorrer um aumento da poupança interna e conseqüentemente, aumento de investimentos e desenvolvimento econômico. As teorias clássicas a respeito do desenvolvimento regional, geralmente, denotam a idéia da existência de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar de forma positiva as demais atividades econômicas. Dentre as teorias que explicam o desencadeamento do processo de desenvolvimento pode-se destacar a teoria da base de exportação (OLIVEIRA *apud* LIMA e OLIVEIRA, 2003).

Através da teoria denominada base de exportação desenvolvida por Douglas North, na década de 1950, é possível entender por que, ou o que contribui para que o desenvolvimento ocorra numa determinada região, ou município.

Segundo North, (1977):

O sucesso da base de exportação tem sido o fator determinante da taxa de crescimento das regiões. Portanto, a fim de compreendermos este crescimento, devemos examinar os fatores que proporcionam o desenvolvimento dos produtos básicos regionais (NORTH, 1977, p.312).

Neste contexto, conforme afirmam Schnorr (2009) e Carvalho (1990), São José das Palmeiras possui sua base de exportação na exploração da terra, na base

agrícola, ou seja, produção primária. Os fatores de produção, capital, mão-de-obra e recurso natural contribuem para isso, tornando a agricultura a principal fonte de renda do município. Para que haja desenvolvimento é necessário um efeito complementar, em que um setor estimula e incentiva outro, uma dinâmica econômica, onde os impulsos de crescimento são transferidos para outros setores através de formas e intensidades distintas. Na próxima seção serão feitos alguns apontamentos sobre o que é necessário e as maneiras para que se possa haver um desenvolvimento sustentável em uma região ou município.

3.1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de desenvolvimento local vem sendo criticado e renovado por muitos autores ao longo dos anos. O desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico. Atualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes (PETITINGA, 2010).

O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Um aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002).

A noção de desenvolvimento local teve, durante muito tempo, um caráter centralizador e baseado em grandes empresas. Um local para se desenvolver teria necessariamente que atrair investimentos de empresas de grande porte. Hoje, tem-se um novo enfoque, “de baixo para cima”, de caráter difuso, com diversas fontes de propagação e efeitos de influência, sustentado por fatores não somente econômicos, mas também sociais, culturais e territoriais (COELHO e FONTES, 1998).

Santos (2002) propõem o conceito de um desenvolvimento local de base, “de baixo para cima”. A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é entendida como algo de exclusividade do Estado ou das elites econômicas e vê-se na sociedade civil o ator principal desse processo de construção coletiva. Esse processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão.

Oliveira (2001) defende a noção que o desenvolvimento local apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local.

Segundo Martins (2002), mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade. É certo que compreender o desenvolvimento local requer, indispensavelmente, que se reflita sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas entidades territoriais e agrupamentos humanos.

Um parâmetro possível de contribuição neste sentido é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, a princípio quantifica as principais variáveis para desenvolvimento humano, permitindo uma eficiente política de bem estar. O IDH é mais favorável do que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (indicador mais utilizado pela literatura), pois a variável analisada pelo PIB *per capita* leva a assumir que todas as pessoas têm o mesmo rendimento dentro do processo econômico, o que, muitas vezes transforma-se em equivocadas interpretações. A grande vantagem com relação ao PIB é que o IDH utiliza-se de dados primários, de existência universal e de fácil mensuração (CECHETTI, 2009).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano nos países, regiões ou municípios utilizando alguns

componentes, que são: indicadores de educação (alfabetização e taxa matricula) indicadores de longevidade (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil) e indicadores de renda (PIB per capita, uma paridade de poder aquisitivo em dólares que reflete o nível de vida). Através deste, realiza-se uma análise e se fornece um diagnóstico sobre o perfil econômico e social, ou seja, se o país, Estado ou município se desenvolveu ou regrediu num determinado período. É valido ressaltar que todos os indicadores são direta ou indiretamente extraídos dos censos demográficos, que ocorrem, em média, com intervalo de 10 anos.

3.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ESPECIALIZAÇÃO

Observa-se que grande parte das abordagens sobre desenvolvimento regional presentes na literatura enfatiza a especialização – muito mais do que a diversificação – como um fator favorável às regiões que buscam uma inserção competitiva nos mercados, tanto nacionais como mundiais. De uma maneira geral, a especialização tornou-se a palavra-chave para uma inserção competitiva no mercado mundial. Ao fim das contas, todo mundo se diz especializado, pois é sinal de modernidade.

A especialização está presente na grande maioria das abordagens sobre desenvolvimento regional na era da globalização. Muitas das experiências relatadas pela literatura internacional tratam de economias territoriais especializadas, onde um tipo de produto ou uma cadeia produtiva dominam o tecido econômico regional, como é o caso, por exemplo, dos distritos industriais. A diversificação pode ser um pilar importante para o desenvolvimento regional, principalmente se for considerado o grau de incertezas e de riscos que reina atualmente no âmbito da economia mundial (BREITBACH, 2005).

Uma região de planejamento para o desenvolvimento endógeno é uma região que apresenta elementos de homogeneidade, basicamente em sua estrutura rural, e de diversidade representada por pólos urbanos que, por definição, se diferenciam de seu entorno rural ou suburbano. Conforme Muñoz (2007), a região deve apresentar, primeiro, uma produção básica homogênea, assentada em estruturas de propriedade e padrões tecnológicos capazes de garantir um mínimo de solidariedade de projeto por parte dos produtores; segundo, pólo(s) urbano(s)

responsável (eis) pela prestação de serviços e agregação de valor à produção básica; e terceiro, instituições capazes de explicitar e transformar a unidade de interesses dos diversos agentes-elos das cadeias produtivas em um programa consciente de desenvolvimento.

North (1977), com sua teoria da base exportadora, considera que uma região “nova” só se inserirá em um processo de desenvolvimento mercantil especializando-se em produtos agropecuários, cujo sucesso ou insucesso dessa ação dependerá do tipo de produto e dos efeitos multiplicadores gerados por ele. Assim, o que faz com que alguns municípios se desenvolvam mais do que outros depende do que esse faz com a renda oriunda da especialização das culturas, que pode desenvolver um complexo urbano-industrial, com efeitos significativos tanto no fornecimento de insumos, quanto para a diversificação do mercado consumidor local.

North (1977), afirma que as regiões novas dos Estados Unidos desenvolveram-se em torno de uma base de exportação, que incluía tanto produtos primários, secundários como os terciários, e se refletia a partir da diversificação produtiva da base de exportação com conseqüente redução dos custos de transporte. Assim, o desenvolvimento de artigos de exportação refletia-se em vantagens nos custos de produção.

Segundo, North (1961):

As regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançam, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada. Não apenas ocorrerá um amortecimento da taxa de crescimento do setor, o que acarretará efeitos adversos para a região, como o próprio fato de que ela continue presa a uma única indústria de exportação significará que a especialização e a diversificação do trabalho são limitadas fora dessa indústria. Historicamente, isso significa que uma parcela da população tem permanecido fora da economia de mercado (NORTH, 1961, p 336).

Esta teoria da base exportadora desenvolvida por North (1977) sustenta que as exportações das regiões com alta especialização local na produção de produtos agrícolas, seriam decisivas para o seu desenvolvimento, dadas a existência de um mercado (mundial) capitalista já estabelecido. Após esta fase, a especialização passaria a ser inter-regional, que abriria os caminhos para a industrialização e posterior surgimento das atividades terciárias. A base de exportação desempenhava assim papel fundamental na conformação da economia de uma região e em seus

níveis de renda absoluta e per capita e, conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolveriam, bem como sobre a dinâmica da indústria subsidiária, a distribuição da população, o padrão de urbanização, as características da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas e o crescimento dos centros nodais, de tal forma que seu crescimento estava intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações.

O sucesso do desenvolvimento do setor exportador resultará em um aumento da renda da região e conduzirá a:

(1) Especialização e divisão do trabalho com ampliação do mercado regional; (2) O crescimento dos serviços auxiliares e indústrias subsidiárias para produzir e comercializar eficientemente o produto de exportação; (3) O desenvolvimento de indústrias locais para servir ao consumo local, algumas das quais podem, conduzir à ampliação da base de exportação em conseqüência da expansão dos mercados e do desenvolvimento de economias externas associadas à indústria de exportação; (4) Como uma conseqüência natural das condições acima, o crescimento das áreas e serviços urbanos; (5) Um investimento crescente na educação e na pesquisa para ampliar o potencial da região (NORTH, 1977, p 341).

Assim, Alves (2008) afirma que o crescimento regional bem sucedido ocorre porque os desenvolvimentos iniciais no setor de exportação (especialização) levam gradualmente à diversificação da pauta de exportação (multi-especialização) e à ampliação na dimensão do mercado doméstico. Diversificar é importante para reduzir riscos associados a oscilações de preços (no caso de produtos) ou oscilações na demanda de países importadores (destinos). Internamente, isso vai ocasionar uma variedade cada vez maior de indústrias e serviços locais, a ponto de incluir uma ampla gama de atividades econômicas.

Segundo North (1977), a Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento à medida que as atividades básicas incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. A força motriz da economia são as atividades básicas que vendem seus produtos em outras regiões, e as atividades complementares dão suporte às atividades básicas.

Em outras palavras, a atividade total de uma região ou de um município, é constituída pelas atividades básicas (de exportação) e pelas atividades não-básicas ou de mercado local (SOUZA, 1980). O aumento da produção da atividade básica exerce efeito multiplicador sobre as atividades de mercado interno. Dessa forma,

parte significativa das atividades secundárias e terciárias do tipo local desenvolve-se automaticamente na região em função das altas rendas recebidas dos produtos de exportação (SHIKIDA; SOUZA; DAHMER, 2008).

A literatura econômica tem apontado que as crises econômicas decorrem do lento crescimento do mercado interno, causado pelo baixo nível de consumo dos trabalhadores, o que resulta em excesso de oferta. Uma alternativa, para evitar crises e ampliar mercado, é o aumento das exportações, o qual possibilitaria em certa parte o consumo desse excedente (SOUZA, 2007). Assim esse aumento da demanda exigiria economias de escala e proporcionaria maior eficiência produtiva, melhorando o nível de bem-estar dos agentes envolvidos no processo produtivo (CAMPOS *et. al.* 2006).

Porém, esse efeito depende de dois fatores essenciais: primeiro quanto mais diversificada e integrada for à economia de uma região, e quanto mais distante estiver de outros centros ofertantes maior será o multiplicador, uma vez que os agentes econômicos têm mais tendência a gastar o seu dinheiro na região. Segundo, caso o dinheiro que entrou como “novo” seja convertido na forma de importações, menor será o efeito multiplicador sobre a renda e sobre o emprego da região. Dessa forma, as exportações só provocarão um efeito multiplicador na região se conseguirem reter seus benefícios econômicos na própria região. Resumidamente, segundo Lane (1977), a magnitude exata do multiplicador depende de duas coisas: a propensão marginal a consumir da área e sua propensão marginal a importar.

A idéia da base de exportação também está implícita nos trabalhos de Singer (1977). Segundo esse autor, as atividades de uma economia urbana são divididas em atividades cuja produção se destina ao exterior e as atividades que a produção se destina ao consumo local. As exportações são os excedentes de sua produção para consumo interno. Nesse contexto, se existe retração do mercado externo, ocorre uma queda na renda da área exportadora, prejudicando as atividades de mercado local. Por outro lado, se ocorre um aumento das exportações, um aumento da imigração e conseqüente aumento da população da área exportadora, estimulando as atividades de mercado local (SHIKIDA, SOUZA & DAHMER, 2008).

Uma base exportadora dinâmica gera efeitos multiplicadores sobre o mercado interno devido ao efeito-renda e aos efeitos de encadeamento gerados pela

atividade. O efeito-renda (ou induzido) corresponde ao aumento da produção de outros setores, que não o setor de exportação, em função do aumento da renda da população. Assim, segundo Haddad (1999), haverá aumento na demanda local de alimentos, vestuário, serviços médicos e de ensino, construção civil, entre outros, incentivando as atividades responsáveis por sua oferta.

Desenvolvimento do setor exportador é o que Hirschman (1961) denominou de efeitos de encadeamento, podendo estes ocorrer de duas maneiras: encadeamento para frente, e encadeamento para trás. Esses processos permitem a articulação dos elos entre as diversas atividades que integram a estrutura produtiva de determinada economia, conformando suas diversas cadeias produtivas ou cadeias de valor. Os encadeamentos para trás correspondem os estímulos para setores que fornecem os insumos requeridos por uma atividade qualquer, enquanto os encadeamentos para frente correspondem os estímulos de novas atividades que utilizavam o produto da atividade proposta (BIANCHI, 2007). Assim, esses encadeamentos podem se transformar e formar uma cadeia produtiva regional.

Uma das críticas à Teoria da Base Exportadora diz respeito às crises externas, internalizadas pela falta de diversificação das exportações, bem como dos mercados. Desse modo, a economia precisa diversificar sua pauta exportadora, a fim de reduzir os choques externos como à queda no preço ou demanda do produto específico de exportação (SOUZA, 2007).

Conforme Paiva (2006), o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento local de uma região é o que já existe na região, ou seja, a sua especialização atual. Afirmação esta que aproxima a idéia de “potencial” - alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de “especialização” – que trata de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo, subordinação) nem sempre bem sucedidas. Idéia esta onde há resistências, principalmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material.

Assim, a idéia de sustentabilidade econômica regional abordada nesse trabalho permeia a noção de cadeia produtiva multi-especializada, pois quando isso ocorrer o município em questão estará mais preparado para enfrentar oscilações econômicas inesperadas. E quando isso não ocorrer o município apresentará um gargalo que prejudicará o seu desenvolvimento regional.

Neste sentido, a próxima seção apresenta quais serão os procedimentos utilizados para o cálculo e diagnóstico das principais especializações produtivas de São José das Palmeiras, mostrando assim se as mesmas formam uma cadeia produtiva envolvendo todos os setores econômicos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL

Este trabalho trata de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1995) tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias com vistas à formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, aprofundando cada vez mais o tema.

O período a ser estudado será o ano de 1986 a 2009. Em um primeiro momento será efetuado um levantamento estatístico sobre São José das Palmeiras. Os principais bancos de dados que serão utilizados são: IBGE, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, será efetuada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos de revistas científicas, dentre outras fontes impressas, com o objetivo de se efetuar uma revisão de literatura sobre modelos teóricos de crescimento e desenvolvimento econômico que servirão de interpretação dos dados e fatos levantados. Da mesma, a pesquisa bibliográfica proporcionará informações históricas, geográficas e socioeconômicas do município.

Em seguida, para identificar as especializações municipais serão utilizados medidas de localização e especialização como o quociente locacional, o QL, o coeficiente de reestruturação, CR, dentre outros, que subsidiarão a análise das mudanças estruturais do município no período analisado. Além disso, os resultados dessas medidas serão calculadas também para os municípios de Diamante do Oeste, Itaipulândia e Mercedes que possuíam uma população total muito próxima ao de São José das Palmeiras em 1996, porém apresentaram um desempenho melhor no aumento da população e do PIB. Além disso esses quatro municípios fazem parte dos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, somando mais características de homogeneidade entre eles.

Outro indicador que será importante na análise do desenvolvimento socioeconômico do município é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e demais sub-índices que o compõem. No tocante a forma de cálculo do IDH, conforme o IPEA (2010), vê-se que o mesmo envolve 3 indicadores citados,

longevidade, educação e renda, os quais variam entre 0 e 1. A combinação destes 3 índices, ponderados igualmente, gera um indicador síntese, que quando mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento humano do país, estado ou município ou região sob análise. Por exemplo, segundo Silva (2007) países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

4.1.1 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL

Os indicadores de análise regional estão divididos em três grupos. O primeiro grupo constitui a construção da matriz de informação, necessária para o acontecimento dos próximos dois. O segundo grupo constitui-se nas medidas de localização que se subdivide em quociente locacional, coeficiente de localização, coeficiente de associação geográfica e coeficiente de redistribuição. No caso dessa pesquisa utilizar-se-á o quociente locacional. O terceiro grupo constitui-se em medidas regionais, divididas em coeficiente de especialização e coeficiente de reestruturação, sendo esse último o escolhido para análise.

4.1.1.1 Matriz de Informação

Para Haddad (1989), a matriz é a organização das informações relacionadas à distribuição setorial-especial. Considerando o emprego como variável-base, precisa-se das informações sobre a distribuição do emprego por atividades e regiões, num dado ano, o mesmo ocorrendo com qualquer variável que venha a ser escolhida.

A variável a ser utilizada nessa análise será o emprego formal por ramos de atividades econômica do município de São José das Palmeiras. A escolha dessa variável se deu porque se pressupõe que os setores mais dinâmicos empregam mais mão-de-obra no decorrer do tempo. Os ramos de atividades analisados abrangerão os setores primário, secundário e terciário. No setor primário será analisada a atividade da agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca. No setor secundário as atividades industriais analisadas serão: Indústria

mecânica; Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria de produtos Alimentares; e Outras atividades industriais e por último no setor terciário ter-se-á: comércio varejista e comércio atacadista; administração pública; ensino; e outros tipos de serviços.

Para o cálculo das medidas de localização e de especialização organizou-se as informações em uma matriz que relaciona a distribuição setorial-espacial de uma variável-base. As colunas mostram a distribuição do emprego entre os municípios, e as linhas mostram a distribuição da mão-de-obra por setor de cada município, conforme Figura 1.

Definiram-se as seguintes variáveis:

MO_{ij} = Mão-de-obra ocupada do setor i do município j ;

$\sum_j MO_{ij}$ = Mão-de-obra ocupada do setor i da mesorregião Oeste

Paranaense;

$\sum_i MO_{ij}$ = Mão-de-obra ocupada em todos os setores do município j ;

$\sum_i \sum_j MO_{ij}$ = Mão-de-obra ocupada total da mesorregião Oeste Paranaense.

FIGURA 1 - MATRIZ DE INFORMAÇÕES

	← Setor i →		
↑ Municípios j ↓		↑	
	←	MO_{ij}	→
		↓	
		$\sum_j MO_{ij}$	$\sum_i \sum_j MO_{ij}$

Fonte: Haddad, 1989.

A partir da matriz de informações descrevem-se as medidas de localização. As medidas de localização são de natureza setorial e se preocupam com a localização das atividades no município em análise, ou seja, procuram identificar padrões de concentração ou dispersão da mão-de-obra ocupada setorial, num determinado período.

Nesta pesquisa será utilizada o Quociente Locacional como medida de localização. O Quociente Locacional trata da identificação dos setores produtivos mais importantes de determinada região, por meio de um quociente que relaciona os setores que apresentam a maior quantidade de empresas e empregos em uma determinada região.

$$QL = \frac{MO_{ij} / \sum_j MO_{ij}}{\sum_i MO_{ij} / \sum_i \sum_j MO_{ij}} \dots\dots\dots(1)$$

A importância do município no contexto regional, em relação ao setor estudado, é demonstrada quando o QL assume valores acima de 1. Nesse caso (quando o QL for maior que 1) indica que a representatividade do setor em um município é específica. Além disso, podem-se verificar os setores que possuem possibilidades para atividades de exportação, em que o município é relativamente mais importante, no contexto mesorregional, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores. O contrário ocorre quando o QL for menor que 1 (SOUZA et. al. 2007).

Já a medida de especialização que será utilizada é o Coeficiente de Reestruturação (CR) que relaciona a estrutura do número de empregados do município entre dois períodos, ano base 0 e ano 1, verificando o grau de mudanças na especialização do mesmo. Coeficientes iguais a zero (0) indicam que não ocorreram modificações na estrutura setorial do município, e próximos a unidade (1) demonstra uma reestruturação substancial (ISARD, 1972; HADDAD, 1989).

É expressa pela equação:

$$CR_j = \frac{\sum_i |I_1 - I_0|}{2} \dots\dots\dots(2)$$

Em que:

CR_j = Coeficiente de Reestruturação no município j

Σ_i = Somatório das atividades no município j

I₀ = Distribuição percentual de emprego do setor *i* inicial no município j

I₁ = Distribuição percentual de emprego do setor *i* final no município j.

Essas duas medidas apontarão quais são as especializações do município de

São José das Palmeiras e quais foram às mudanças nessas especializações no decorrer do período estudado.

5 HISTÓRIA E COLONIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

São José das Palmeiras está localizado na mesorregião Oeste Paranaense. Esta mesorregião está localizada no Terceiro Planalto Paranaense com uma área de 2.290.859 hectares, esta área corresponde cerca de 11,5% do território estadual. A mesorregião Oeste faz fronteira com dois países, sendo estes a Argentina e o Paraguai. Tendo como principais divisas os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu. Ela é formada por 50 municípios, agrupadas em três microrregiões, sendo esta a de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (SILVA; MELO; ESPERANCINI, 2006).

São José das Palmeiras (Figura 2) teve seu início no final da década de 60 (sessenta), primeiramente pertencendo ao município de Marechal Cândido Rondon e posteriormente ao município de Santa Helena. Os primeiros colonizadores vieram da região norte do Estado e de outros Estados da Federação, no Extremo-Oeste paranaense também há outros municípios que tiveram sua colonização realizada com migrantes que não eram exclusivamente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, neste caso, como exemplos, citam-se os municípios de Diamante do Oeste, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, entre outros. Percebendo desta maneira que o Oeste paranaense não é uma região de colonização exclusivamente européia (SCHNORR, 2009).

Nesta época a cultura do café estava em seu auge, e as terras desta região apresentavam-se propícias à instalação desta cultura. Devido aos baixos preços das terras e a sua alta fertilidade houve interesse pela cultura de hortelã, mas com a geadas de 1975, que quase dizimou a cultura do café, houve uma escalada na erradicação desta cultura. Os colonizadores eram na maioria de origem nortista, os quais tinham grande identificação com a cultura do algodão, o que levou a região a intensificar-se na monocultura do algodão. Outro ponto favorável a esta cultura era a alta produtividade conseguida com a cultura e a farta mão-de-obra da época, desempregada pela diminuição da cultura do café, altamente empregadora de mão de obra (CARVALHO, 1990).

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR



Fonte: IPARDES, 2010.

Durante a década de 1970, se observou uma crescente mudança na estrutura fundiária do município de São José das Palmeiras, devido a sua topografia bastante acentuada e os baixos preços das terras, levou à formação de grandes áreas de pastagens, atingindo quase 50% da área total do município no ano de 1980. Sobre isso Schnorr (2009), afirma que, segundo dados do escritório local da Emater de São José das Palmeiras referentes ao ano de 2009, as pastagens já ocupavam quase 60% da área agricultável do município. Do total de 540 propriedades, 25 grandes propriedades detêm mais de 60% da área agrícola do município, por outro lado, 480 propriedades, não chegam a perfazer um total de 5% da área agrícola do município. No ano de 1985 (data da emancipação do município) havia 834 proprietários e cerca de 500 arrendatários, sendo que pelo último Censo (2009) este número caiu para 540 proprietários e apenas 46 arrendatários (SCHNORR, 2009).

Segundo Carvalho (1990), essa é uma tendência de difícil reversão, já que existe baixo uso de tecnologia (característico da maioria dos pequenos produtores), deixando os agricultores em situação bastante difícil, haja vista que as terras estão perdendo a fertilidade e já não produzem como antes, e os mesmos não possuem recursos para reverterem isto.

Por se tratar de um município de pequeno porte, com uma economia voltada à agricultura, as oportunidades de emprego encontram-se principalmente no setor

do comércio, na própria agricultura (que hoje já está mais mecanizada e quase não necessita de mão-de-obra humana) e também no setor da administração pública que possui a maioria de seus funcionários já concursados e por isso os contratados são poucos. Devido a esses fatores, é muito comum que parte dos residentes se desloquem para outros municípios próximos, como Toledo e Marechal Cândido Rondon, para trabalharem. Geralmente quem mais emprega são os frigoríficos de aves e suínos existentes nesses municípios, como por exemplo, a Sadia em Toledo e a Coopagril em Marechal Cândido Rondon, ou ainda em outras empresas ou em outros setores como na indústria de fios (FIASUL), também do município de Toledo.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO

Ao tentar escrever sobre o histórico do município de São José das Palmeiras, são encontradas muitas dificuldades devido à falta de documentos e de pioneiros no município, já que a maioria não reside mais no município e/ou faleceram.

Para Schnorr (2009), o espaço físico que hoje constitui o município de São José das Palmeiras pertenceu ao município de Marechal Cândido Rondon na década de 1960, quando este último foi emancipado. Em 1967, quando Santa Helena se tornou município, São José das Palmeiras passou a pertencer a este novo município. É nesse período que tem início sua colonização. Com o nome de São José, o município foi emancipado politicamente em 17 de abril de 1985, pelo Decreto Lei nº 8.075, desmembrando-se do município de Santa Helena. Mais tarde, em 04 de julho do mesmo ano, através da Lei nº 8121, o nome São José foi alterado para São José das Palmeiras. E no dia 17 de novembro também deste mesmo ano, os cidadãos de São José das Palmeiras elegeram o seu primeiro prefeito, o Senhor Alípio Francisco Salvador (CARVALHO, 1990).

Schnorr (2009), afirma que não existem informações de que a área, hoje pertencente ao município de São José das Palmeiras tenha sido colonizada por obrageiros, ou mesmo pelas colonizadoras Maripá e Madalozzo, que atuaram em Marechal Cândido Rondon e Santa Helena nas décadas de 1940 e 1950. Mas é possível dizer que estas terras já tinham dono muito antes da década de 1960.

A colonização do município de São José das Palmeiras se deu de forma distinta e em épocas diferentes. São José das Palmeiras foi colonizado no final da década de 1960, no período em que tinha início a modernização conservadora da agricultura, os primeiros migrantes aventureiros que se dirigiram para esse município vieram de várias regiões do Paraná, alguns eram de origem paulista, gaúcha, catarinense e até mesmo nordestina, sendo que os nordestinos vieram em maior número. Os produtos cultivados nessa época no município era a hortelã, o café, mamona e, logo depois veio o cultivo do algodão (CARVALHO, 1990). Nessa década a cultura que estava no auge era o café, e essa região tinha as terras apropriadas para o plantio dessa cultura, visto aos baixos preços das terras e a alta fertilidade que a mesma possuía.

Entre os anos de 1973 a 1975, São José das Palmeiras teve um período de grande “prosperidade”, pois nessa época era produzida a hortelã, produto lucrativo e com bons índices de produtividade, que era acompanhada pelo cultivo do café e da mamona. Estas atividades agrícolas serviram como atração de mão de obra e um grande fluxo de renda no município. Muitas famílias dirigiram-se para São José das Palmeiras a procura de trabalho nas plantações de café, hortelã e mamona, bem como para a extração da madeira (SCHNORR, 2009).

Em 1975 houve na região uma forte geada conhecida como “geada negra”, esta quase acabou com a cultura do café, levando algumas pessoas a procurarem outro tipo de cultura, dando início assim ao plantio do algodão no município, visto que a maioria das pessoas que moravam em São José das Palmeiras era de origem nortista, e os mesmos possuíam grande identificação com a cultura do algodão, levando dessa forma a região quase que totalmente para o cultivo dessa cultura (ENCICLOPÉDIA, 1998). Algo de bom que aconteceu com o cultivo do algodão é que o mesmo proporcionou uma alta produtividade, conseguida pela farta mão-de-obra existente em São José das Palmeiras. Essa cultura foi tão importante para o município de São José das Palmeiras, que no Hino do município fala dessa cultura como sendo seu “ouro branco”.

No final da década de 80 a cultura do algodão não estava mais no seu auge, esta começou a sofrer com alto custo da produção e o baixo preço de renda, pois devido à grande oferta do produto no mercado, o preço começou a cair, levando muitos agricultores a se endividarem, muitos agricultores perderam suas terras, não só pela crise que a cultura do algodão começava a enfrentar, mas também devido o

fato de que foram iludidos com a possibilidade de venderem suas propriedades e comprarem outras melhores nos Estados do Mato Grosso e Rondônia, infelizmente as terras daquela região necessitavam de investimentos e dessa forma os agricultores usavam todo seu dinheiro para adquirir a terra e não conseguiam investir em insumos para tornar esta produtiva. Muitos perderam tudo, ficando sem condições de retornar, contribuindo assim para a diminuição da população (ENCICLOPÉDIA, 1998).

No começo dos anos de 1990 em relação à área rural do município, houve o declínio das lavouras de café e algodão que nos primeiros anos de cultivo proporcionaram riquezas aos agricultores. Hoje, com o enfraquecimento do solo, o algodão deixou de proporcionar colheitas satisfatórias, já que é uma lavoura que gera bastantes gastos, desde o plantio a colheita, fazendo com que pequenos e médios agricultores optassem pelo plantio de outras atividades, dentre elas a implantação de pastagens para a criação de gado. Outros chegaram ao ponto máximo de serem obrigados a venderem a propriedade, e a partir daí a trabalharem como arrendatários, ou a migrarem para cidades como Toledo e Cascavel e a outros grandes centros urbanos, passando a viver como assalariados.

6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

O item anterior apresentou a história do município de São José das Palmeiras (Figura 3), bem como sua colonização. Diante disso, agora será apresentado uma análise da participação dos setores econômicos no desenvolvimento do município, para demonstrar quais os setores que, mais se destacaram desde sua emancipação em 1986 até o ano de 2009.

FIGURA 3 – VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO



Fonte: IPARDES, 2010.

Desta forma, primeiramente é importante fazer uma análise do número e da área dos estabelecimentos agropecuários em São José das Palmeiras, diante disso a Tabela 3 apresenta a evolução desses estabelecimentos entre os anos de 1995 a 2006.

A Tabela 3 mostra que no ano de 1995 havia no município 164 pequenas propriedades entre 1 a menos de 5 alqueires, estas possuíam uma área de 520,19, representando 29,82% do total de estabelecimentos mas apenas 3,10% do total da área. As maiores propriedades eram a minoria, no entanto, juntas possuíam uma área bem maior do que as pequenas propriedades. No ano de 2006 esse quadro não se altera muito, houve uma redução no número de pequenas propriedades, bem como uma redução na sua área ocupada. Nas grandes propriedades também houve uma redução, só que ao contrário do que aconteceu nas pequenas propriedades,

nas grandes houve um aumento na sua área levando a perceber que o grande latifúndio está aos poucos ocupando cada vez mais a área no município. Enquanto os estabelecimentos até 100 ha ocupavam 92,26% do total de estabelecimentos, estes ocupavam apenas 32,19% da área total no ano de 2009, os estabelecimento com mais de 100 ha tinham uma participação de 7,75% no total de estabelecimento e de 67,80% na área total.

TABELA 3 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1995/2006

Grupos de Área Total	Número de Estabelecimentos				Área Total			
	1995	%	2006	%	1995	%	2006	%
1 a menos de 5 ha	164	29,82	111	23,87	520,19	3,10	306,00	1,63
5 a menos de 10 ha	118	21,45	120	25,81	923,50	5,50	911,00	4,86
10 a menos de 20 ha	152	27,64	115	24,73	2.051,36	12,22	1.546,00	8,25
20 a menos de 50 ha	59	10,73	65	13,98	1.773,15	10,56	2.035,00	10,86
50 a menos de 100 ha	23	4,18	18	3,87	1.501,85	8,94	1.235,00	6,59
100 a menos de 200 ha	18	3,27	19	4,09	2.660,72	15,84	2.963,00	15,81
200 a menos de 500 ha	10	1,82	13	2,80	2.866,27	17,07	3.803,00	20,29
500 ha e mais	6	1,09	4	0,86	4.496,36	26,77	5.940,00	31,70
TOTAL	550	100,00	465	100,00	16.793,40	100,00	18.739,00	100,00

Fonte: IBGE, 2010.

Nesse sentido fica o questionamento: os pequenos e grandes estabelecimentos se enquadravam em quais tipos de atividade econômica da agropecuária? A Tabela 4 responde esse questionamento para o ano de 2006.

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 2006

Grupos de Área Total	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas nativas	Outros grupos de atividade econômica
1 a menos de 5 ha	111	44	4	3	60	0	0
5 a menos de 10 ha	120	55	2	4	59	0	0
10 a menos de 20 ha	115	51	1	3	60	0	0
20 a menos de 50 ha	65	25	1	2	35	2	0
50 a menos de 100 ha	18	10	0	0	8	0	0
100 a menos de 200 ha	19	5	1	0	13	0	0
200 a menos de 500 ha	13	4	1	0	8	0	0
500 ha e mais	4	2	0	0	2	0	0
Total	465	196	10	12	245	2	0

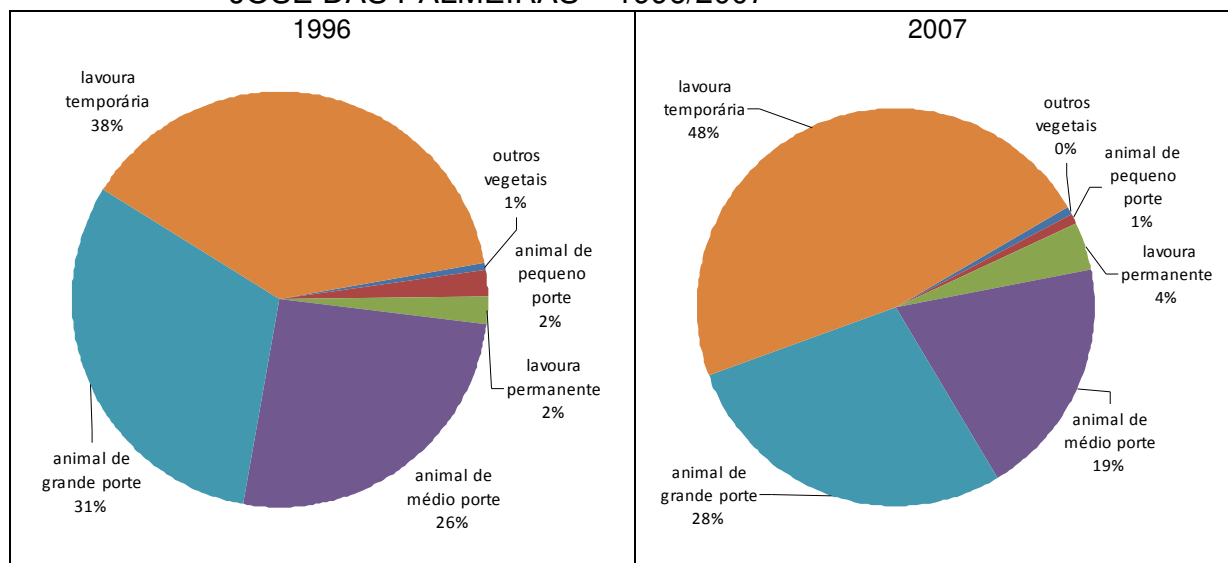
Fonte: IBGE, 2010.

Nota: Outros grupos incluem: Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; Produção florestal - florestas plantadas; Pesca; e, Aqüicultura.

A Tabela 4 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários por grupo de atividades de área total em São José das Palmeiras no ano de 2006 e percebe-se que a atividade que predomina nas pequenas propriedades é a pecuária e criação de animais, seguida pelas lavouras temporárias. Já nas propriedades maiores entre 100 a 500 alqueires ou mais, o que predomina é a pecuária e criação de outros animais. Tanto a Tabela 3 como na Tabela 4 nota-se o que foi demonstrado na história do município, de que a cada ano que passa cresce ainda mais o número de grandes propriedades (pastagens) para a criação de gado.

Isso se comprova quando analisado o Gráfico 1, o qual apresenta a participação das principais atividades agropecuárias no Valor Bruto da Produção Agropecuária, o VBPA, de São José das Palmeiras em 1996 e 2007.

GRÁFICO 1 - ATIVIDADES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (VBPA) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1996/2007



Fonte: IBGE, 2010.

Percebe-se que no ano de 1996, na agropecuária destacavam-se as lavouras temporárias com 38% e na pecuária o destaque era para os animais de grande porte com 31%, seguido pelos animais de pequeno porte com 21%. No ano de 2007 esse quadro não se altera muito, visto que na agricultura ainda é a lavoura temporária que se destacava, apresentando uma elevação significativa, passando agora para 48%, e na pecuária ainda eram os animais de grande porte que se

destacavam, só que desta vez houve uma queda passando agora para 28% e para os animais de pequeno porte também houve uma queda passando para 19%.

Mas quais eram as atividades e culturas que se destacavam na agricultura e na pecuária de São José das Palmeiras? As Tabelas 5 e 6 respondem esse questionamento.

TABELA 5 – EFETIVO DOS PRINCIPAIS REBANHOS, E DA PRODUÇÃO DE LEITE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1986/2008

Rebanhos (cabeças) e Produção de Leite	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Bovino	7.110	14.225	9.612	13.531	13.972	18.967	19.861	21.425	19.904	20.814	25.742	22.120
Suíno	8.157	7.764	7.031	18.950	17.360	6.819	6.829	7.244	7.918	7.405	7.267	7.562
Galos, frangas, frangos	23.340	26.230	30.151	38.774	42.972	26.870	26.908	26.680	25.515	23.033	66.600	83.000
Galinhas	12.626	12.854	13.029	14.280	14.018	5.890	5.900	6.360	6.378	5.200	4.800	5.150
Vacas ordenhadas	1.805	3.385	3.775	6.252	6.359	1.434	1.647	3.200	2.980	4.013	3.900	4.042
Leite (Mil litros)	2.762	5.581	6.251	9.723	12.179	2.939	4.923	7.800	7.397	10.254	11.300	11.682
Litros/Vaca ordenhada	1.530	1.649	1.656	1.555	1.915	2.050	2.989	2.438	2.482	2.555	2.897	2.890

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme mostra a Tabela 5 o efetivo de Galos, frangas, frangos (Cabeças) era o mais significativo em São José das Palmeiras, no ano de 1986 e no ano de 2008 esse quadro não se alterou, pois houve um aumento de 255% no período. Comparando o ano de 1986 com o de 2008 nota-se uma elevação do efetivo bovino de aproximadamente 211%, o número de vacas ordenhadas também se elevou (124%), e como houve um aumento maior na quantidade de leite produzido na ordem de 323% também houve uma elevação na produtividade da produção do leite em 89%. O efetivo de suínos só apresentou elevação nos anos de 1991 e 1992, chegando ao ano de 2008 com uma queda de 7,86% em relação ao ano de 1986.

Assim, percebe-se comparando com os gráficos do VBPA que na pecuária quem mais se destaca são: a produção de leite e de bovinos de corte em relação ao VBPA da produção animal de grande porte; a atividade suinícola no VBPA da produção animal de médio porte; e a atividade de produção de aves no VBPA da produção animal de pequeno porte.

Já a Tabela 6 mostra produção e produtividade da agricultura temporária do município de São José das Palmeiras entre os anos de 1986 a 2008.

TABELA 6 - PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DA AGRICULTURA TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1986/2008

Variável	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Área plantada (Hectares)												
Algodão herb. (em caroço)	-	6.368	7.224	5.500	1.535	900	800	800	800	700	120	30
Feijão (em grão)	-	1.500	1.200	400	235	330	350	600	500	450	560	80
Fumo (em folha)	-	40	12	30	10	6	20	25	25	84	125	109
Mandioca	300	300	520	400	450	300	350	350	500	500	700	800
Milho (em grão)	1.500	2.000	2.000	2.200	2.300	1.300	1.600	2.088	3.000	1.300	1.450	3.050
Soja (em grão)	22	300	250	150	580	800	1.340	1.500	1.900	1.900	2.900	2.320
Trigo (em grão)	3.500	2.454	1.000	750	310	580	200	250	200	200	50	145
Quantidade produzida (toneladas)												
Algodão herb. (em caroço)	-	9.891	11.573	5.426	1.953	1.859	1.488	1.980	1.736	630	120	68
Feijão (em grão)	-	638	864	240	141	156	270	390	460	450	771	68
Fumo (em folha)	-	72	22	60	21	13	38	48	45	160	162	196
Mandioca	5.400	6.600	13.000	10.000	9.900	6.600	7.700	5.250	10.000	10.000	15.400	20.000
Milho (em grão)	5.400	6.000	7.438	6.155	7.265	4.028	5.678	2.979	7.130	4.910	5.261	12.280
Soja (em grão)	25	595	496	279	1.150	2.380	3.589	2.790	5.653	3.230	3.741	5.780
Trigo (em grão)	5.714	2.794	1.507	673	422	1.199	272	552	223	440	100	145
Produtividade (Q/hectare)												
Algodão herb. (em caroço)	-	1,55	1,60	0,98	1,27	2,06	1,86	2,47	2,17	0,90	1,00	2,26
Feijão (em grão)	-	0,42	0,72	0,60	0,60	0,47	0,77	0,65	0,92	1,00	1,37	0,85
Fumo (em folha)	-	1,80	1,83	2,00	2,10	2,16	1,90	1,92	1,80	1,90	1,29	1,79
Mandioca	18	22	25	25	22	22	22	15	20	20	22	25
Milho (em grão)	3,60	3,00	3,71	2,79	3,15	3,09	3,54	1,42	2,37	3,77	3,62	4,02
Soja (em grão)	1,13	1,98	1,98	1,86	1,98	2,97	2,67	1,86	2,97	1,70	1,29	2,49
Trigo (em grão)	1,63	1,13	1,50	0,89	1,36	2,06	1,36	2,20	1,11	2,20	2,00	1,00

Fonte: IBGE, 2010.

No ano de 1986 a agricultura que se destacava era a produção de trigo (em grãos). Esta cultura nos anos seguintes começou a ter um declínio chegando ao ano de 2008 com uma redução de 3.841%, na quantidade produzida. Analisando as informações das demais culturas percebe-se que o declínio do trigo foi acompanhado pelo aumento das culturas de mandioca, milho e soja. No ano de 1990 a agricultura que se destacava era o algodão onde obtém nesse ano sua maior produção, porém nos anos seguintes começa a apresentar redução chegando ao ano de 2008 com -16.919%. A cultura da mandioca também se destacava no ano de 1990, só que ao contrário da cultura do algodão a mandioca teve um crescimento na

sua quantidade produzida, chegando ao ano de 2008 com um aumento de 270%, sendo esta a cultura de maior importância no ano de 2008, seguido pela agricultura do milho que obteve um crescimento na quantidade produzida de 127% e da soja com 23.020%. Salienta-se que os aumentos das culturas mencionadas também foram acompanhados por um aumento na área plantada e na produtividade dessas atividades. Assim o VBPA da agricultura temporário mencionado no Gráfico 1 se referia à produção de mandioca, milho e soja em São José das Palmeiras.

Para analisar o setor urbano de São José das Palmeiras as Tabelas 7 e 8 mostram o número de empregados formais e de estabelecimentos por atividades econômicas entre 1986 e 2009.

TABELA 7 - NÚMERO DE EMPREGADOS FORMAIS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1986/2009

Ano	Indústria mecânica	Ind. da madeira e do mobiliário	Ind. de prod. Aliment.	Outras atividades industriais	Comércio varejista e atacadista	Serviços	Adm Publica	Agrop.	Total
1986	0	0	0	0	15	12	0	0	27
1988	0	0	0	1	21	22	0	0	44
1990	0	0	0	5	13	22	0	4	44
1992	0	0	0	0	2	22	3	12	39
1994	0	0	0	3	13	6	0	19	41
1996	0	11	0	56	15	10	144	28	264
1998	0	0	0	0	19	13	124	20	176
2000	0	0	0	0	23	13	135	25	196
2002	0	0	0	4	35	10	167	19	235
2004	0	0	0	4	37	15	159	27	241
2006	0	0	0	5	77	17	168	27	294
2008	0	0	0	8	69	18	150	30	275
2009	0	0	0	12	83	20	183	48	346

Fonte: RAIS, 2010.

A Tabela 7 mostra o número de empregados formais que no ano de 1986 havia um total de 27 pessoas formalmente empregadas, e no ano de 2009 esse número aumentou para 346, ou seja, uma variação de aproximadamente 1.181%. No ano de 1986 havia predominância do comércio varejista e atacadista na concentração desses empregados e em 2009 esse panorama se alterou para o setor da administração pública, no qual possui os maiores números de pessoas formalmente empregadas, com 53% de participação. O comércio possuía 24% de participação, seguido da agropecuária com 14%. Ou seja, esses três setores juntos

representavam cerca de 91% de todos os empregados formais desse município em 2009.

Agregando as atividades econômicas pelos três setores econômicos verifica-se uma predominância do setor terciário na concentração do emprego formal com 83%, seguido do setor primário com 14% e por último do secundário com 3%. Assim percebe-se uma carência do setor secundário no município. Em 2009 a grande maioria de todos os empregados formais de São José das Palmeiras estavam alocados na administração pública. Salienta-se que são comuns muitos trabalhadores não estarem formalmente empregados, sendo assim, esse percentual poderia ser maior se fosse levado em conta os empregados informais.

Já a Tabela 8 mostra o número de estabelecimentos formais do município para o período analisado, que foram cadastrados juntamente à RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

TABELA 8 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS FORMAIS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1986/2009

Ano	Indústria mecânica	Ind. da madeira e do mobiliário	Ind. de prod. Aliment.	Outras atividades industriais	Comércio varejista e atacadista	Serviços	Adm Publica	Agrop.	Total
1986	0	0	0	0	6	2	0	0	8
1988	0	0	0	2	12	3	0	0	17
1990	0	0	0	4	12	3	0	1	20
1992	0	0	0	5	8	5	1	4	23
1994	0	0	0	2	4	3	0	14	23
1996	0	2	0	1	4	6	3	19	35
1998	0	0	0	0	8	6	3	21	38
2000	0	0	0	2	10	7	3	20	42
2002	0	0	0	1	18	5	3	14	41
2004	0	0	0	1	18	6	3	16	44
2006	0	0	0	1	30	8	2	19	60
2008	0	0	0	2	29	8	2	22	63
2009	0	0	0	4	30	9	2	21	66

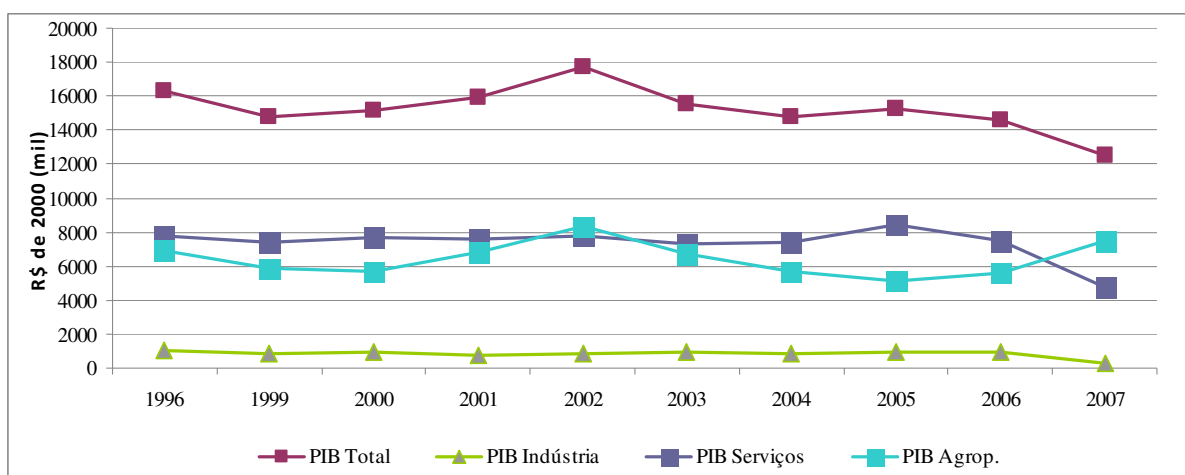
Fonte: RAIS, 2010.

Segundo a Tabela 8 em 1986 havia um total de 08 estabelecimentos formais. No ano de 2009 houve um aumento para 66 estabelecimentos, ou seja, um aumento de 725%, sendo que os estabelecimentos do Comércio varejista e atacadista eram os que mais se destacavam no ano de 1986 e em 2009 ainda é esse setor que se destaca com maior número de estabelecimentos, seguido pela

agricultura. Comparando os números de estabelecimentos com o número de empregados nos mesmos setores no ano de 2009 percebe-se que a atividade dos serviços tinha uma média de 2,22 empregados por estabelecimento; seguido da agropecuária com 2,29; do comércio varejista e atacadista com 2,77; das outras atividades industriais com 3,00; e da administração pública com 91,50. Ou seja, quem mais concentra empregados nesse município é a Prefeitura Municipal seguindo de estabelecimentos comerciais de pequeno porte.

A importância das atividades terciárias é também visualizada analisando a participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto (PIB), conforme mostra o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E SETORIAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - 996/2007



Fonte: IPEA, 2010.

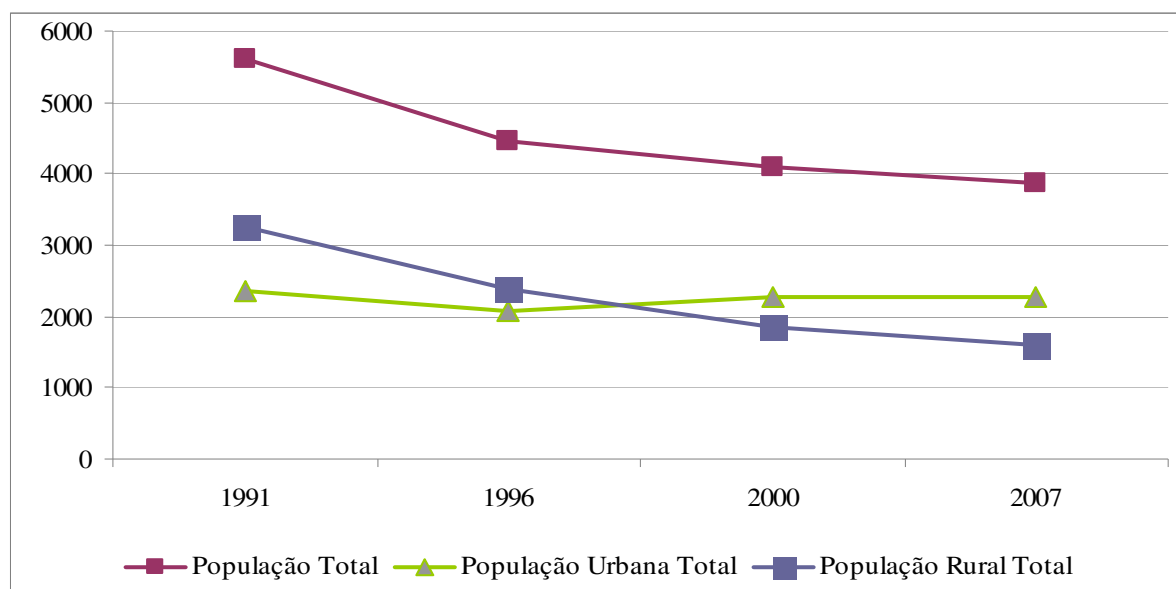
Conforme mostra o Gráfico 2 o setor de serviços foi a atividade mais importante em participação no PIB de 1996 até 2001, com o setor primário em segundo lugar e o setor industrial em terceiro. Em 2002 houve uma pequena elevação do setor agropecuário, as variações climáticas e de preço podem ter influenciado nessa alta nesse setor. Mas no ano seguinte em 2003 já há uma queda nesse setor vindo novamente o setor de serviços na primeira colocação. Essa hierarquia se alterou a partir de 2007 quando o setor agropecuário começa a ter novamente uma elevação, e o setor de serviços um declínio. O setor industrial continua na terceira colocação, com pequeno declínio no ano de 2007. O aumento do PIB agropecuário é ratificado com o aumento do VBPA da agricultura temporário,

ou seja, de tudo o que é produzido em São José das Palmeiras a maioria vem das culturas da mandioca, milho e soja.

Essas informações mostram que o município de São José das Palmeiras não está fortalecendo suas atividades urbanas com o passar do tempo, já que um setor de grande importância como o setor secundário responsáveis pela transformação econômica e juntamente com o setor terciário de sustentação econômica de um município em momentos de declínio da atividade agropecuária não apresentou evolução.

Neste contexto, o Gráfico 3 mostra a evolução da população total, urbana e rural de São José das Palmeiras do ano de 1991 até 2007.

GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2007



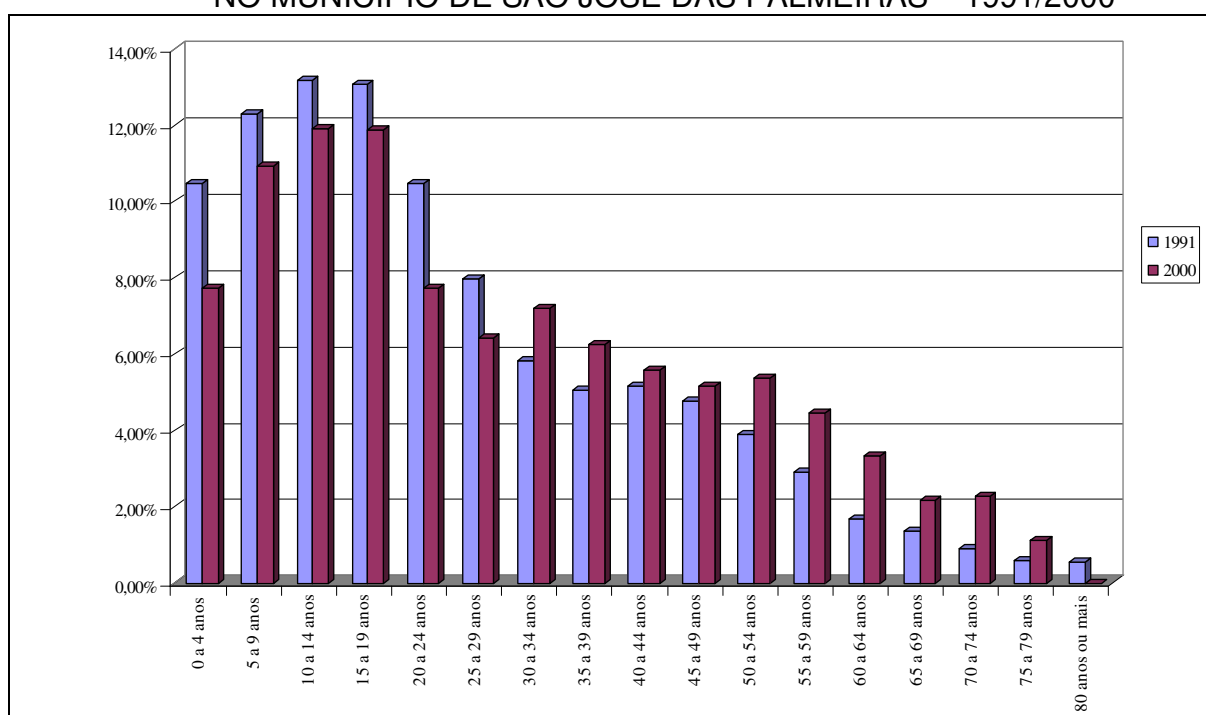
Fonte: IPARDES, 2010.

Verificando a população total de São José das Palmeiras, em 1991, nota-se que o município possuía 5.596 habitantes, sendo desses 3.241 da área rural (57,91%) e 2.355 da área urbana (42,08%). No ano 2000, percebe-se que houve uma diminuição populacional total na ordem de 36,42% passando para 4.102 habitantes. No entanto, nesse ano verificou-se um grande êxodo rural, onde a população rural diminuiu para 1.843 pessoas e a urbana aumentando para 2.259. Já no ano de 2007, a população total do município era de 3.873, e a população rural diminuiu mais ainda chegando a 1.589 habitantes, e a urbana com 2.284. Além disso, percebeu-se que a transição de rural para urbano ocorreu entre 1996 e 2000,

chegando em 2007 com 58,97% de população urbana e de 41,02% de população urbana. Isso vai contra a tendência da região Oeste do Paraná de que a maioria dos municípios fez essa transição ainda na década de 1980 em que os setores urbanos foram fortalecidos e responsáveis pela atração de pessoas (LUCIR *et. al.* 2006). Isso reflete o perfil agrícola de São José das Palmeiras também na concentração de pessoas no meio rural, porém que não foi acompanhado pelo desenvolvimento do setor urbano resultando em um forte êxodo rural, já que a diminuição da população total se deveu pela diminuição da população rural.

Já o Gráfico 4 apresenta a população residente de São José das Palmeiras, dividida por grupos de idades entre os anos de 1991 e 2000.

GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE DISTRIBUÍDA POR GRUPOS DE IDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2000



Fonte: Anexo 1

Analisando o Gráfico 4 percebe-se que a evasão dos jovens no município entre esses anos foi grande, principalmente o grupo de idade entre 20 e 24 anos, o qual teve uma queda de aproximadamente 85,44% seguindo pelo grupo dos 15 a 19 anos com 49,89% e do grupo dos 10 a 14 com 50,81%. Essa evasão dos jovens no município se explica talvez pelo fator trabalho, estes não tendo opções são obrigados a migrarem para centros maiores, onde haja emprego. Como visto anteriormente no município há uma carência no setor secundário, o qual poderia

contribuir para diminuir a evasão desse grupo de população. Por outro lado, houve um aumento no grupo que compreende a terceira idade, sendo que registrou a maior alta foi o grupo entre os 70 a 74 anos com um aumento de 86%, seguido pelo grupo de 60 a 64 anos, com um aumento de 45,74%, e pelo grupo entre os 75 a 79 anos, com um aumento de 39,39%, ou seja, no município há um grande número de pessoas aposentadas. Assim nota-se uma tendência de que o aumento das atividades econômicas nesse município estarem tendo como responsáveis as pessoas de 30 anos e mais de idade.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é o de analisar o Índice de Desenvolvimento Humano no município com ênfase na renda, educação e longevidade, antes da emancipação levando em consideração o IDH do município de origem que é Santa Helena, e depois da emancipação. Diante disso foi necessário coletar os dados do IDH de Santa Helena para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000. A Tabela 9 apresenta esses dados.

TABELA 9 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) E SEUS COMPONENTES, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – 1970/1991

Variável	1970	1980	1991
IDH-M	0,427	0,613	0,712
IDHM - Longevidade	0,518	0,596	0,702
IDHM - Educação	0,535	0,601	0,683
IDHM - Renda	0,229	0,641	0,752

Fonte: IPEA, 2010.

No ano de 1970 até o ano de 1980 Santa Helena tinha um IDH muito baixo, sendo que até o ano de 1984 São José das Palmeiras ainda era distrito desse município. A Tabela 10 apresenta o IDH de Santa Helena comparando os anos de 1991 com o ano de 2000¹.

¹ Ressalta-se que a partir de 1991 houve uma mudança na metodologia de cálculo do IDH. Dessa forma, para esse ano (1991) sempre vai existir dois valores para cada região/município analisado.

TABELA 10 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) E SEUS COMPONENTES, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – 1991/2000

Variável	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,724	0,799
IDHM - Longevidade	0,73	0,789
IDHM - Educação	0,803	0,909
IDHM - Renda	0,64	0,699
IDHM - Classificação na Unidade da Federação	27	25
IDHM - Classificação Nacional	712	586
IDHM - Esperança de Vida ao Nascer (anos)	68,82	72,36
IDHM - Taxa de Alfabetização (%)	87,88	91,25
IDHM - Taxa Bruta de Freqüência Escolar (%)	65,03	90,33
IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	180,25	256,81

Fonte: IPARDES, 2010.

Já a partir do ano de 1991 Santa Helena apresentou uma evolução no seu IDH, passando de 0,427 em 1970 para 0,724 em 1991, e em 2000 para uma melhora ainda mais significativa, ficando com 0,799. Sendo que nesses dois últimos anos São José das Palmeiras não pertencia mais a Santa Helena, visto que sua emancipação ocorreu em 1985 como já mencionado anteriormente.

A Tabela 10 ainda mostra que Santa Helena melhorou sua posição tanto no ranking estadual como no nacional. Além disso, os indicadores de esperança de vida ao nascer, de taxa de alfabetização, de freqüência escolar e de renda per capita melhoraram bastante no período de 1991 a 2000.

Neste contexto, a Tabela 11 apresenta informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e seus componentes de São José das Palmeiras para o período de 1991 a 2000.

TABELA 11 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) E SEUS COMPONENTES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2000

Variável	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,647	0,724
IDHM - Longevidade	0,670	0,767
IDHM - Educação	0,705	0,794
IDHM - Renda	0,567	0,610
IDHM - Classificação na Unidade da Federação	247	259
IDHM - Classificação Nacional	2.395	2.539
IDHM - Esperança de Vida ao Nascer (anos)	65,17	71,01
IDHM - Taxa de Alfabetização (%)	76,25	77,54
IDHM - Taxa Bruta de Freqüência Escolar (%)	58,95	83,27
IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	116,84	150,67

Fonte: IPEA, 2010.

Ao analisar os aspectos gerais do município, percebe-se que ele possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), no Estado do Paraná. Esse IDH-M é uma classificação feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD- o qual tem o objetivo de medir o desenvolvimento humano, se baseando em três aspectos fundamentais, que são: renda, educação e expectativa de vida, e com o resultado em mãos cada governo municipal tem como orientar suas políticas públicas e/ou avaliar se uma política pública está sendo bem-sucedida. E também, o IDH ajuda a decidir que cidade tem prioridade para receber novos investimentos do governo.

São José das Palmeiras em 1991 possuía estes índices: baseada numa escala de zero e que vai até 01 (um), longevidade 0,670 de vida; 0,705 no índice educação; 0,567 no índice renda; 0,647 no índice geral de desenvolvimento humano. A esperança de vida ao nascer em 1991 era de 65,17 anos; a taxa de alfabetização era de 76,25%; a taxa bruta de frequência escolar era de 58,95%; a renda per capita em reais era de R\$ 116,84. E se encontrava em 247º lugar na classificação na Unidade da Federação.

No ano de 2000, estes números mudam, e todos os componentes do IDH melhoraram, mostrando que a qualidade de vida da população do município melhorou um pouco desde 1991. No entanto, essa melhora não foi suficiente, pois nesse ano, São José das Palmeiras encontrava-se em 259º lugar no Estado do Paraná, apresentando uma queda da Classificação na Unidade da Federação, sendo que alguns municípios basicamente com o mesmo número de população, que estavam numa classificação pior que São José das Palmeiras no ano de 1991, obtiveram uma melhora no ano de 2000, sendo estes, Anahy, Guaraniaçu e Santa Lucia. Diante disso São José das Palmeiras em 2000 tinha um índice de qualidade de vida, em que a esperança de vida ao nascer passou a ser de 71,01 anos; a taxa de analfabetismo era de 77,54%; a taxa bruta de frequência escolar chegou a 83,27%; a renda per capita em reais, no ano de 2000, teve um aumento de 28,95% passando para R\$150,67. Na escala de desenvolvimento humano, que vai de zero até 01 (um), São José das Palmeiras apresentou IDH-M de 0,767 em longevidade de vida; 0,794 no índice educação; 0,610 no índice renda e 0,724 no índice geral de desenvolvimento humano.

Além disso, comparando esses indicadores com o município de origem (Santa Helena) verifica-se que São José das Palmeiras apresenta todos os valores

menores mostrando que a emancipação não ajudou os habitantes a melhorarem sua qualidade de vida em relação ao que eles possuíam quando ainda pertencia a Santa Helena. Isso é percebido, por exemplo, quando se compara a renda per capita em 2000 de São José das Palmeiras que era de R\$ 150,67 com a de Santa Helena que apresentava nesse mesmo ano valores na ordem de R\$ 256,81.

Nesse sentido, verificando os aumentos percentuais dos componentes do IDH-M de Santa Helena verificou-se que quem menos cresceu foi o componente renda. Enquanto o IDHM - Longevidade aumentou 14,48% e o IDHM - Educação 12,62%, o IDHM - Renda aumentou somente 7,58%. Em Santa Helena esse último componente apresentou um aumento de 42,47%. Assim verifica-se que o município deve investir em atividades que melhorem e agregue maior renda à população local para que sua qualidade de vida também melhore.

7 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos através do modelo de análise regional descrito na metodologia. Na Tabela 12 é apresentada a evolução do Quociente Locacional (QL) dos setores da economia do município de São José das Palmeiras entre os anos de 1986 e 2009. Tomando por base esse período, observa-se que alguns setores do Município de São José das Palmeiras foram relativamente mais importantes que outros em termos da mesorregião Oeste do Paraná, apresentando QL acima de 1.

TABELA 12 – QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS 1986/1996/2009

Setores	QL			Empregos			Estabelecimentos		
	1986	1996	2009	1986	1996	2009	1986	1996	2009
Extr. Mineral	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Min. não Met.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Ind. Metalurg.	0,00	0,00	0,29	0	0	1	0	0	1
Ind. Mecânica	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Elet. e Comum.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Mat. Transp.	0,00	75,55	0,00	0	56	0	0	1	0
Mad. e Mobil.	0,00	1,45	0,00	0	11	0	0	2	0
Papel e Graf.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Bor. Fumo Couro	0,00	0,00	5,92	0	0	10	0	0	1
Ind. Química	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Ind. Têxtil	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	1
Ind. Calçados	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Alim. e Beb.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Ser. Util. Pub.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Constr. Civil	0,00	0,00	0,06	0	0	1	0	0	1
Com. Varejo	2,61	0,21	1,08	14	10	78	5	2	29
Com. Atacado	0,71	0,37	0,32	1	5	5	1	2	1
Inst. Financ.	9,26	0,00	0,78	11	0	4	1	0	1
Adm. Tec. Prof.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Tran. e Comun.	0,68	0,00	0,23	1	0	4	1	0	2
Aloj. Comunic.	0,00	0,09	0,13	0	3	4	0	4	3
Med. Odon. Vet.	0,00	0,84	0,80	0	7	8	0	2	3
Ensino	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
Adm. Publica	0,00	3,09	4,15	0	144	183	0	3	2
Agricultura	0,00	1,86	3,47	0	28	48	0	19	21
Total	1,00	1,00	1,00	27	264	346	8	35	66

Fonte: RAIS, (2010) e Resultados da Pesquisa

De acordo com os resultados do Quociente Locacional (QL) apresentado na Tabela 12, os setores do município de São José das Palmeiras mais especializados no ano de 1986, foram: o comércio varejista e a instituição financeira, com QL de 2,61 e 9,26 respectivamente. Sendo que o comércio varejista tinha o maior número de funcionários formalmente empregados. No ano de 1996 esse quadro se altera para o setor de materiais de transportes o qual tinha o valor do QL mais elevado, a agricultura, administração pública e madeira e mobiliário. Sendo a administração pública o setor com o maior número de empregados.

No ano de 2009 o setor que apresentava um forte QL era o de borracha fumo e couro, talvez o motivo para isso seja de que o município possui uma recapadora de pneus. Em seguida, os setores com maior especialização eram a administração pública e a agricultura. Esta última por sinal apresentou um QL igual a 3,47 em 2009, contra 1,86 em 1996, ou seja, houve um aumento significativo no valor do QL para esse setor, mostrando que este setor é de grande importância para o município. No ano de 2009 o comércio varejista também apresentou QL igual a 1,08.

Assim, verificou-se uma consolidação dos setores da administração pública e da agricultura como sendo os principais setores que geram empregos no município, com destaque para a administração pública que sozinho em 2009 concentrava 52,89% de todos os empregos formais. Além disso, deve-se destacar o crescimento no número de empregados e de estabelecimentos no comércio varejista. Esse setor apresentou um aumento expressivo também no QL tornando-se uma das especializações do município.

Interessante também é comparar o município de São José das Palmeiras com os demais municípios que possuem características similares às dele. Assim, as Tabelas 13, 14 e 15 apresentam os resultados do QL para Diamante do Oeste, Mercedes e Itaipulândia.

Neste contexto, a Tabela 13 apresenta o Quociente Locacional (QL) dos setores da economia do município de Diamante do Oeste entre os anos de 1996 e 2009. Diferente de São José das Palmeiras, Diamante do Oeste em 1986 ainda não havia sido emancipado, por isso seu QL será analisado apenas entre os anos de 1996 e 2009. Do mesmo modo, os municípios de Itaipulândia e Mercedes também terão seus QLS analisados entre esses dois anos, porque em 1986 também não eram emancipados.

TABELA 13 - QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO OESTE 1996/2009

Setores	QL		Empregos		Estabelecimentos	
	1996	2009	1996	2009	1996	2009
Extr. Mineral	5,10	0,00	3	0	1	0
Min. não Met.	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Metalurg.	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Mecânica	0,00	0,00	0	0	0	0
Elet e Comun	0,00	0,00	0	0	0	0
Mat. Transp.	0,00	0,00	0	0	0	0
Mad. e Mobil.	0,44	0,00	3	0	2	0
Papel e Graf.	0,00	0,00	0	0	0	0
Bor. Fum. Couro	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Química	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Têxtil	0,00	3,65	0	53	0	2
Ind. Calçados	0,00	0,84	0	1	0	1
Alim. e Bebidas	1,23	0,40	24	27	2	4
Ser. Útil. Pública	0,00	0,00	0	0	0	0
Constr. Civil	0,16	0,05	2	1	1	1
Comércio Varejista	0,42	1,24	18	124	10	39
Comércio Atacadista	0,00	0,46	0	10	0	2
Inst. Financ.	0,00	0,70	0	5	0	1
Adm. Tec. Prof.	0,00	0,00	0	0	0	1
Tran. e Comum.	0,06	0,29	1	7	1	3
Aloj. Comunic.	0,07	0,17	2	7	1	5
Med. Odon. Vet.	1,06	0,07	8	1	2	1
Ensino	0,00	0,05	0	1	0	1
Adm Pública	3,30	2,76	140	169	1	1
Agricultura	2,85	3,90	39	75	27	34
Total	1,00	1,00	240	481	48	96

Fonte: RAIS (2010) e Resultados da Pesquisa

De acordo com os resultados do Quociente Locacional (QL) apresentado na Tabela 13, os setores do município de Diamante do Oeste mais especializados no ano de 1996, foram: extrativa mineral; alimentos e bebidas; médicos, odontológicos e veterinários; administração pública e por último a agricultura; com QL de 5,10; 1,23; 1,06; 3,30 e 2,85 respectivamente. Sendo a administração pública o setor com o maior número de funcionários formalmente empregados.

Já no ano de 2009 houve uma alteração nesse quadro, o setor que passa a apresentar um forte QL é a indústria têxtil; o comércio varejista; e novamente o setor da administração pública e o da agricultura, com valores de QL de 3,65; 1,24; 2,76 e 3,90 respectivamente. O setor da administração pública teve uma queda no seu QL

passando de 3,30 para 2,76, e a agricultura teve um aumento passando de 2,85 para 3,90. Os demais setores que no ano de 1996 tinham um QL superior a 1, nesse ano de 2009 sofreram uma queda. Por outro lado, os setores da indústria têxtil e do comércio varejista ganharam participação na estrutura produtiva de Diamante do Oeste.

No que diz respeito ao número de empregos formais o setor que merece destaque no ano de 2009 é o comércio varejista, pois este comparando com o ano de 1996 teve um aumento de 588%. E apesar da administração pública ser o setor que mais emprega nesse município (35%) os setores do comércio varejista, da agricultura, da indústria têxtil e da indústria de alimentos e bebidas também são importantes com participação de 26%, 16%, 11% e de 6%, respectivamente. Assim, percebe-se que o município de Diamante do Oeste, diferentemente do município de São José das Palmeiras possui um QL significativo tanto no setor primário, secundário e terciário.

A Tabela 14 apresenta o QL para o município de Mercedes entre os anos de 1996 e 2009.

TABELA 14 - QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE MERCEDES 1996/2009

Setores	QL		Empregos		Estabelecimentos	
	1996	2009	1996	2009	1996	2009
Extr.Mineral	0,00	0,00	0	0	0	0
Min. não Met.	1,21	2,21	3	16	1	2
Ind. Metalúrgica	0,00	3,23	0	25	0	3
Ind. Mecânica	0,00	0,26	0	2	0	1
Elet. e Comum.	0,00	0,00	0	0	0	0
Mat. Transp.	0,00	0,18	0	1	0	1
Mad. e Mobil.	0,13	0,76	1	10	1	3
Papel e Graf.	0,00	0,00	0	0	0	0
Bor. Fum. Couro	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Química	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Têxtil	1,14	3,36	3	79	1	2
Ind. Calçados	0,00	0,00	0	0	0	0
Alim. e Beb.	1,89	1,21	41	133	1	8
Ser. Util. Pub.	0,00	0,29	0	2	0	1
Constr. Civil	0,00	0,26	0	9	2	3
Comércio Varejista	0,85	0,97	40	157	21	42
Comércio Atacadista	2,74	0,76	37	27	3	3
Inst. Financ.	0,00	1,04	0	12	0	2
Adm. Tec. Prof.	0,30	0,15	3	5	3	3
Tran. e Comun.	0,33	0,38	6	15	5	6
Aloj.Comunic	0,34	0,27	11	18	10	16
Med. Odon. Vet.	0,24	0,13	2	3	2	3
Ensino	0,12	0,10	1	3	1	1
Adm. Pública	1,94	2,37	91	235	2	2
Agricultura	1,78	0,90	27	28	16	14
Total	1,00	1,00	266	780	69	116

Fonte: RAIS (2010) e Resultados da Pesquisa

Os resultados do Quociente Locacional (QL) apresentado na Tabela 14, mostram que os setores do município de Mercedes mais especializados no ano de 1996, foram: minério não metálico; indústria têxtil; alimentos e bebidas; comércio atacadista; administração pública e por último a agricultura; com QL de 1,21; 1,14; 1,89; 2,74; 1,94 e 1,78 respectivamente. Sendo a administração pública o setor com o maior número de funcionários formalmente empregados, seguido pela indústria de alimentos e bebidas.

Já no ano de 2009 houve uma alteração nesse quadro, o setor que passa a apresentar um forte QL é a indústria metalúrgica e instituição financeira, ambos em 1996 não apresentavam QL superior a 1. Alguns setores que apresentavam QL significativo em 1996 tiveram seus valores elevados, com destaque para a indústria

têxtil e a administração pública. Ao contrário disso, o comércio atacadista e a agricultura ambos tiveram uma queda no valor do QL, ficando com valores abaixo de 1. No ano de 2009 o setor com o maior número de empregos formais no município de Mercedes era a administração pública e o comércio varejista. Assim, percebe-se uma diversificação no setor secundário desse município. Essa diversificação se reflete no número de setores de serviços que empregam. Apesar de somente três setores dos serviços serem especializados, quando se nota os valores absolutos percebe-se um grande número de setores que ganharam participação no período de 1996 a 2009 como é o caso dos setores do comércio varejista, das instituições financeiras, de transporte e comunicação e de alojamento. Neste contexto, nota-se uma tendência de diversificação produtiva que não está acontecendo em São José das Palmeiras.

Já, na Tabela 15 é apresentado o QL do município de Itaipulândia.

TABELA 15 - QUOCIENTE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA 1996/2009

Setores	QL		Empregos		Estabelecimentos	
	1996	2009	1996	2009	1996	2009
Extr. Mineral	0,00	6,78	0	12	0	1
Min. não Met.	12,95	3,60	31	46	5	6
Ind. Metalurg.	0,00	0,73	0	10	0	4
Ind. Mecânica	0,00	0,00	0	0	0	0
Elet. e Comum.	0,00	0,47	0	1	0	1
Mat. Transp.	0,00	0,00	0	0	0	0
Mad. e Mobil.	0,14	2,43	1	57	1	6
Papel e Graf.	0,00	0,50	0	5	0	2
Bor. Fum. Cour.	0,00	0,44	0	3	0	2
Ind. Química	0,00	0,00	0	0	0	0
Ind. Têxtil	0,79	2,52	2	105	1	5
Ind. Calçados	0,00	0,00	0	0	0	0
Alim. e Beb.	0,34	1,90	7	370	2	13
Ser. Util. Pub.	0,00	0,08	0	1	0	1
Constr. Civil	1,43	0,64	19	40	4	15
Comércio Varejista	0,66	0,85	30	244	17	84
Comércio Atacadista	1,15	0,59	15	37	1	2
Inst. Financ.	0,00	0,64	0	13	0	2
Adm. Tec. Prof.	0,42	0,35	4	21	2	10
Tran. e Comum.	0,45	0,40	8	28	3	14
Aloj. Comunic.	0,19	0,26	6	31	3	18
Med. Odon. Vet.	0,00	0,10	0	4	0	4
Ensino	0,00	0,07	0	4	0	1
Adm. Publica	2,76	1,22	125	214	3	2
Agricultura	0,55	2,45	8	135	5	23
Total	1,00	1,00	256	1381	47	216

Fonte: RAIS (2010) e Resultados da Pesquisa

De acordo com os resultados do Quociente Locacional (QL) apresentado na Tabela 15, os setores do município de Itaipulândia mais especializados no ano de 1996, foram: minério não metálico; construção civil; comércio atacadista e administração pública, com QL de 12,95; 1,43; 1,15; 2,76, respectivamente. Sendo a administração pública o setor com o maior número de funcionários formalmente empregados, seguido pelo minério não-metálico.

Já no ano de 2009 houve uma alteração nesse quadro, o setor que passa a apresentar um forte QL é a extrativa mineral; minério não metálico; madeira e mobiliário; indústria têxtil; alimentos e bebidas; administração pública e agricultura, com QL de 6,78; 3,60; 2,43; 2,52; 1,90; 1,22 e 2,45, respectivamente. Em 2009 um dos setores com maior número de empregos formais foi a indústria de alimentos e bebidas. A agricultura é um setor que se comparado com o ano de 1996 aumentou o

número de empregos formais em 1.587,5%. Itaipulândia também se mostrou como um município bem dinâmico no qual possui QL superior a 1, nos setores primário, secundário e terciário, sendo que o setor secundário é de grande importância para este município e uma diversificação na sua estrutura produtiva também foi visualizada no período em estudo.

Já a Tabela 16 mostra os resultados do Coeficiente de reestruturação para os municípios de Diamante do Oeste, Itaipulândia, Mercedes e São José das Palmeiras. O coeficiente de reestruturação tem como objetivo maior avaliar o grau de mudança na estrutura produtiva desses municípios entre dois períodos distintos neste caso entre os anos de 1986/1996 e 1996/2009. Quando o coeficiente tender para 0 (zero), não terá havido modificações na composição setorial desses municípios. Se, por outro lado, o coeficiente tender para 1 (um), terá ocorrido uma reestruturação profunda na composição setorial destes.

TABELA 16 – COEFICIENTE DE REESTRUTURAÇÃO

Municípios	Ano	
	1986/1996	1996/2009
Diamante do Oeste	-	0,345
Itaipulândia	-	0,511
Mercedes	-	0,241
São José das Palmeiras	0,943	0,278

Fonte: Resultados da Pesquisa

Dessa forma, no período de 1986/1996 São José das Palmeiras apresentava esse coeficiente de reestruturação tendendo a 1(um), os demais municípios não possuíam dados pois no ano de 1986 apenas São José das Palmeiras havia sido emancipado. No caso de São José das Palmeiras o que ocorreu nesse período foi que em 1986 somente quatro setores tinham empregados formais (comércio varejista, comércio atacadista, instituições financeiras e transporte e comunicação). Assim, em 1996 o número total de empregados aumenta significativamente e junto setores como a administração pública, a indústria de materiais de transporte, e a agricultura ganharam bastante participação setorial alterando a estrutura produtiva de 1986 e fazendo com que o CR ficasse bem próximo a um.

Já para o período de 1996/2009 São José das Palmeiras apresentou um dos menores CR. A principal explicação foi que os setores que mais empregavam em 1996 continuaram como bastante expressivos em 2009 (administração pública e agricultura). Além disso, é possível constatar que Itaipulândia e Diamante do Oeste

apresentaram uma reestruturação maior, coeficientes de 0,511 e 0,345, respectivamente. Isso mostra que esses dois municípios tiveram mudança nas suas estruturas produtivas, e conforme mostraram as Tabelas 13 e 15, essa mudança foi no sentido de uma maior diversificação setorial de suas especializações. Já Mercedes, apesar de ter apresentado um CR menor ele já era um município mais diversificado em 1996 e consolidou essa diversificação em 2009.

Dessa forma, constatou-se que São José das Palmeiras apresentou uma estrutura produtiva pouco dinâmica quando comparado a outros municípios de mesmo porte na mesorregião Oeste do Paraná. Esse fator pode ser constatado analisando-se somente o aumento no número de empregados totais para o período de 1996 a 2009: São José das Palmeiras apresentou um crescimento de 31,06%, contra um crescimento de 100,42% de Diamante do Oeste, de 193,23% para Mercedes e de 439,45% para Itaipulândia. Além disso, esses três municípios apresentaram crescimento populacional e do PIB (Tabelas 1 e 2) em proporções bem superiores aos de São José das Palmeiras que apresentou inclusive diminuição de sua população total no período de 1996 a 2007.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o processo de desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade econômica do município de São José das Palmeiras para o período de 1986 a 2009.

São José das Palmeiras foi ocupado por colonizadores de diferentes etnias vindos de diferentes regiões do Brasil. Sua estrutura produtiva se alterou durante o processo de ocupação passando primeiramente para o café, depois para o algodão e em seguida para as atividades de milho, soja, mandioca e pecuária. Sua estrutura fundiária tem forte presença de grandes estabelecimentos onde a atividade pecuária é ainda muito expressiva.

Além disso, comparando o Índice de Desenvolvimento Humano do município com ênfase na renda, educação e longevidade, antes da emancipação levando em consideração o IDH do município de origem que é Santa Helena, e depois da emancipação, verificou-se que a emancipação não ajudou os habitantes a melhorarem sua qualidade de vida em relação ao que eles possuíam quando ainda pertencia a Santa Helena. Assim verifica-se que o município deve investir em atividades que melhorem e agregue maior renda à população local para que sua qualidade de vida também melhore.

Os resultados sobre o perfil socioeconômico de São José das Palmeiras mostraram que este é um município essencialmente agrícola, principalmente quando se avalia o PIB. Assim, como não se observou nenhuma cadeia produtiva formada, os setores urbanos responsáveis pela absorção de emprego são a administração pública e o comércio varejista. Essa falta de diversificação está se refletindo em uma queda populacional, pelo fato da população não ter opções de empregos.

Esse fator foi confirmando quando foram analisadas suas especializações produtivas bem como a dos municípios de Diamante do Oeste, Itaipulândia e Mercedes, por apresentarem população e PIBs semelhantes à de São José das Palmeiras. Essas análises mostraram que São José das Palmeiras não diversificou sua estrutura produtiva com o passar do tempo, diferentemente do que aconteceu com os outros três municípios onde os setores secundário e terciário são bem mais representativos na absorção de mão de obra. Falta no município uma diversificação do setor secundário, para que o mesmo consiga agregar valor à produção do setor

primário, gerar mais postos de trabalho, e juntamente com o setor terciário, desenvolver uma cadeia produtiva envolvendo todos os setores econômicos, conforme a concepção de Perroux (1967). Um município quando não possui um dos setores econômicos desenvolvidos cria um gargalo para o seu desenvolvimento, o que parece estar ocorrendo com São José das Palmeiras.

Dessa forma, o dinamismo econômico e populacional foi bem menor se comparado com outros municípios com população e PIBs semelhantes. Assim, percebe-se que não existe uma sustentabilidade (cadeia produtiva) de sua economia o que está se refletindo na diminuição da sua população e no crescimento em proporções menores do seu IDH quando se compara a de outros municípios da região. Fica o desafio para o governo municipal e a sociedade, organizar e criar condições de uma diversificação produtiva em São José das Palmeiras para fazer pelo menos com que a população residente continue no município e que a geração futura possa ter outras perspectivas de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. **Distribuição das Atividades Econômicas e Desenvolvimento Regional em Mesorregiões Selecionadas do Sul do Brasil:1970 a 2000.** 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

ALVES, L. R.; LIMA, J. F. de.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. R. **O Continuum, a Localização do Emprego e a Configuração Espacial do Oeste do Paraná.** Revista de história econômica & economia regional aplicada – vol. Nº 2 – ago./dez. 2006.

BIANCHI, A. M. **Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico.** Econ. soc., v. 16, n. 2, p. 131-150, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n2/a01v16n2.pdf>> Acesso em: 07 /05/2010.

BREITBACH, Á. C. M. **Entre especialização e diversificação industrial:** por um desenvolvimento regional durável. Revista Perspectiva Econômica, 1(2): 1-30, jul./dez.2005. Disponível em: <<http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/40.pdf>>. Acesso em: 15/04/2010.

BUARQUE. S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond Univecitario, 2002.

CAMPOS, A. C. de; PRANDO, T. F.; VIDIGAL, V. G.. **As exportações como determinante de crescimento:** o caso do Estado do Paraná no período de 1990 a 2005. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44. Fortaleza (CE), 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

CARVALHO, B. R. DE. **Enciclopédia:** Políticos Paranaenses. Goiânia: Tabajara, vol. I, 1990.

CECHETTI, L. **O Desenvolvimento Sustentável no Rio Grande do Sul:** um estudo do período 1997 a 2005 com base no dashboard of sustainability. Porto Alegre, 2009.98f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Administração,Contabilidade e Economia, PUCRS, 2009.Disponível em: <http://tede.pucrs.br/de_busca/arquivo.php?codArquivo=2199> Acesso em 10/05/2010.

COELHO, F. D.; FONTES, A.; **As redes de desenvolvimento econômico local.** In: Fórum Nacional de apoio ao desenvolvimento integrado e sustentado; Caderno Temático. Brasília, 1998.

ENCICLOPÉDIA, dos Municípios Paranaenses. Goiânia: Temppo, vol.1,1998.

GIL, A. S. **Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas**. Revista Administração de Empresas, V. 35, N. 4, p. 65-71, jul/ago. 1995.

HADDAD, P. R. **Medidas de localização e de especialização**. In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB/ETENE,1989. p. 225-248 (Estudos Econômico e Sociais, 36).

HADDAD, P. R. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**; estudo de *clusters*. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

HIRSCHMANN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados – SIDRA**.– Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em 17/5/2010.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000 **Anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba, janeiro 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 15/8/2009.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado (BDEweb)**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>> Acesso em: 10/09/2010.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Caderno Estatístico Municipal**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 15/5/2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 09/09/2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- **Nota do IPEA sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano 2008**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 5/5/2010.

ISARD, W. **Méthodes d'analyse régionale**. Paris: Dunod, 1972.

LANE, T. **O multiplicador da base urbana**: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 241-253.

LEITE, P. S. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias comerciais.** Fortaleza; Imp. Universitário, 1983.

LIMA, J. E. de S.; OLIVEIRA, J. B. de. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional:** considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, 2003. Disponível em: http://www.fae.edu/publicações/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n2/03_Gilson.pdf> Acesso em: 01/05/2010.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local:** questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MATHIS, A. **Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional.** Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis. Belém. V.2 N 2, p. 19-30. 2001. Disponível em: <<http://www.gpa21.org/br/pdf/8Instrumentos.pdf>. > Acesso em: 18/11/2009.

MUÑOZ, A. E. P. **Regionalização para planejamento e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.** Campinas, 2007. 219f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Área de Concentração: Economia Regional e Urbana, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/Andrea%20Elena%20Pizarro%20Munoz.pdf>.> Acesso em 20/04/2010.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

_____. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. Revista Brasileira de Economia, n. 3, p. 25-38, set. 1961.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma:** o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP, 2001.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em:<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf> acesso em 25/05/2010.

PADULA, R. **Reflexões Gerais sobre Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Era da Globalização.** Rev. Oidles, vol 1, nº 1, setembro de 2007. Disponível em:< <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Padula.htm>> Acesso em 15/05/2010.

PAIVA, C. Á. N. **Desenvolvimento Regional, Especialização e suas Medidas.** In: Indicadores Econômicos. v.16. n.2. Porto Alegre: FEE, 2006 a.

Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/34_01/11_parte.pdf> Acesso em: 17/04/2010.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Lerder, 1967.

_____. **O conceito de pólos de crescimento**. In: SCHARTZMAN, Jacques. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156, 1977. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/ViewFile/1004/764>> Acesso em: 25/05/2010.

PETITINGA, C. S. **Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>> Acesso em 20/04/2010.

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. **Bases Estatísticas RAIS / CAGED**. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em 05/09/2010.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo industrial – um estudo de caso da frigobrás - Sadia de Toledo e das indústrias comunitárias**. Curitiba, 1995.120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNORR, P. L. **A Concentração da propriedade da terra, o processo migratório e o cotidiano dos “boías-frias” e ex-“boías-frias” no município de São José das Palmeiras – PR**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/23938.pdf?PHPSESSID=2010020510002659>> Acesso em 28/05/2010.

SHIKIDA, P. F. A.; SOUZA, E. C.; DAHMER, V. S. **Agroindústria canavieira e desenvolvimento local: o caso da Usina Usaciga no município de Cidade Gaúcha - PR**. Revista de Economia e Agronegócio, Viçosa (MG), v. 6, p. 133-155, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.economia-aplicada.ufv.br/revista/pdf/2008/6artigo1.pdf>> Acesso em: 05/05/2010.

SILVA, A. M. J. F. da. **O que é IHD**. Disponível em: <<http://www.faa.edu.br/economia/55.htm>> Acesso em: 7/9/2009.

SILVA, G. H. da; MELO C. O. de; ESPERANCINI, M. S. T.; **Determinantes do Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios da Região Oeste do Paraná: hierarquização e regionalização**. XLIV Congresso da Sober. “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento” Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/588.pdf>>. Acesso em 18/05/2010.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA; E. C. de; GOMES M. F. M; LÍRIO V. S. **Análise locacional da produção vegetal nas Mesorregiões Geográficas Paranaenses**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 58 -73 set./dez. 2007. Disponível em: ><http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/432/287>> Acesso em: 03/05/2010.

SOUZA, N. de J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo (RS), v. 10, n. 25, mar. 1980.

SOUZA, N. de J. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993.

SUZIGAN, W; GARCIA R.; FURTADO J. **Clusters ou Sistemas Locais de Produção e Inovação: Identificação, Caracterização e Medidas de Apoio**. São Paulo: IEDI, 2002 Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>> Acesso em: 03/05/2010.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

ANEXOS

Anexo 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE DISTRIBUÍDA POR GRUPOS DE IDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 1991/2000

Grupos de idade	Ano	
	1991	2000
0 a 4 anos	586	317
5 a 9 anos	687	448
10 a 14 anos	736	488
15 a 19 anos	730	487
20 a 24 anos	586	316
25 a 29 anos	446	264
30 a 34 anos	326	295
35 a 39 anos	282	256
40 a 44 anos	288	229
45 a 49 anos	266	212
50 a 54 anos	217	220
55 a 59 anos	162	183
60 a 64 anos	94	137
65 a 69 anos	76	89
70 a 74 anos	50	93
75 a 79 anos	33	46
80 anos ou mais	31	0
Total	5.596	4.102

Fonte: IPARDES, 2010.